



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

Edital de Pregão Eletrônico SRP nº. 009/2025 – ALEAC
COMPRAS.GOV Nº. 90009/2025

Torna-se público que a **Assembleia Legislativa do Estado do Acre**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.039.657/0001-13, com sede no Município de Rio Branco - AC, situada à Rua Arlindo Porto Leal, nº 241, Centro – CEP nº. 69.909-040, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Complementar 123/2006, Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decretos Estaduais nº 11.363/2023 e nº 5.965/2010, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	719/2025
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Assembleia Legislativa do Estado do Acre
UASG nº:	928250
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRONICA
SRP:	(X) SIM () NÃO
CRITERIO DE JULGAMENTO	(x) MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA:	(x) Aberto () Fechado () Aberto/Fechado
VALOR CARÁTER SIGILOSO:	(x) Sim () Não
VALOR ORÇADO:	(X) Valor Estimado () Valor Máximo Aceitável () Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME / EPP / EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	(x) Sim () Não
INTERVALOR MÍNIMO DE LANCES:	R\$ 0,01 (um centavo)
INVERSÃO DE FASES:	() Sim (x) Não
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV) http://www.comprasgov.br/compras
DATA DA ABERTURA	07/04/2026



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

HORÁRIO DE BRASILIA	10h30min
RETIRADA DO EDITAL	25/03/2026
SITES	https://www.compras.gov.br ; https://www.al.ac.leg.br no banner Portais + Transparência + Licitações; https://licitacoes.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes
PREGOEIRO (A):	Edilene Dulcila Soares
NOMEAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO:	Resolução n.053/2026, de 27/01/2026, publicado no Diário Eletrônico Legislativo Ano XIII, nº 5225 de 02/02/2026, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio.
O Pregão será realizado pelo Pregoeiro acima designado, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio serão designados pela autoridade superior da ALEAC.	
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

1. DO OBJETO

1.1. Será objeto da presente licitação é a Contratação de empresa para aquisição de mobiliários e vasos para plantas ornamentais, para atender as demandas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET – Catálogo de Materiais - CATMAT e as especificações constantes do Anexo I deste Edital, prevalecerão às do edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Em cumprimento ao art. 48, inc. I, da Lei Complementar n. 123/2026, os itens desta licitação serão destinados à participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte, desde que tenha a participação de, no mínimo, 03 microempresas ou empresas de pequeno porte com a apresentação de proposta.

3.6. Caso não seja atendido este requisito previsto em lei, os itens deverão ser de ampla disputa, conforme a Lei Complementar n. 123, de 2006 e suas alterações.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. A empresa que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. Pessoa Física ou Jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8. Agente público do órgão licitante;

3.8.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8.10. Empresas estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, EXCETO quando



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.8.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

4.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

4.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. 148 do Decreto Estadual 11.363/2023.

5. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

5.2. O agente de contratação ou comissão de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame,





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória, conforme art. 146, § 1º do Decreto Estadual n. 13.363/2023.

5.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no email: cplaleac@hotmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo na Sede da Assembleia Legislativa, no endereço: Rua Arlindo Porto Leal, nº 241, Centro – CEP. 69.909.040, Rio Branco – AC, no Subsolo, na sala da Comissão de Contratação, de Segunda à sexta feira, no horário de 8hs às 14hs.

5.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

5.4.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <https://www.gov.br/compras> e no site <https://www.al.ac.leg.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

5.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seu art. 43, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.3.1. No item exclusivo para participação de microempresa e empresa de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.3.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.4. A falsidade da declaração de que trata o item 6.2 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.9.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.9.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções ou acordos coletivos de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

b) cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital e seus anexos;

c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

d) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, ambos da Constituição Federal; cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;

e) não possui fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública ou vedação de participação nesta licitação; e

f) se responsabiliza pelas transações que efetuar no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados por representante, e excluindo a responsabilidade do provedor do sistema, órgão ou entidade promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

g) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de dezembro de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, sob pena de desclassificação:

7.2.1. Valor unitário e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.;

7.2.2. Marca e modelo do item licitado;

7.2.3. Quantidade, devendo respeitar o quantitativo para registro de preços.

7.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3.1. O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao quantitativo previsto para contratação.

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias corridos, a contar da data de sua apresentação.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

7.6.2. As propostas de preços deverão ser informadas apenas com duas casas decimais após a vírgula.

7.6.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir sua proposta ou documentos complementares, ou modificar sua declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, a partir da data de publicação da licitação até o dia e horário de início da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.9. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023.

7.10. E demais exigência prevista no termo de referência – Anexo I.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Após o horário de início da sessão pública, os licitantes não poderão inserir, retirar ou substituir a proposta ou os documentos complementares, anteriormente inseridos no sistema.

8.3. A verificação da conformidade da proposta e eventual desclassificação será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/lote.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, está disposto na página inicial deste edital.

8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

- 8.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos **últimos 02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.
- 8.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.12.6.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.12.7.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.8.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.12.9.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.12.10.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **15 (quinze) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor inicial de sua proposta.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas estabelecidas no território do Estado do Acre;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.22. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.23. Ao licitante é assegurado o prazo mínimo de **5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.

8.24. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá prorrogar o prazo para aceitação da contra proposta.

8.25. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.26. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.27. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

8.28. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

8.29. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no Modelo de Proposta de Preços, deste edital, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de desclassificação.

8.30. O prazo de que tratam o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: cplaleac@hotmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

8.31. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “**Anexar**”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

8.32. Confirmado o envio do anexo, o link “**Anexar**” do fornecedor passa a ter a função de “**Consultar**”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “**Anexo**” o link “**Convocado**”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “**Consultar**”.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

8.33. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail cplaleac@hotmail.com, dentro do prazo estabelecido.

8.34. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

8.35. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.

8.36. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.

8.37. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

9.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

9.3. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão a qualquer momento para realização de diligência junto a empresa provisoriamente primeira classificada.

9.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.5. Será desclassificada a proposta que:

9.5.1. Contiver vícios insanáveis;

9.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.5.3. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

9.6. As propostas apresentadas serão analisadas quanto à exequibilidade dos preços ofertados, de modo a garantir a viabilidade da contratação e a adequada execução do objeto, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

9.7. Considerar-se-á inexequível a proposta que, comprovadamente, não possua viabilidade técnica ou econômico-financeira para a execução do objeto, ou que apresente valores manifestamente inferiores aos praticados no mercado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

9.8. Nos termos do art. 198 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, será considerado indício de inexecutabilidade, no caso de bens e serviços em geral, o valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública.

9.9. Constatado o indício de inexecutabilidade, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação realizará **diligência prévia**, para comprovar:

- a) que o custo do licitante ultrapassará o valor da proposta; e
- b) a inexistência de custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.10. Na hipótese de o licitante ser instado a comprovar a exequibilidade da proposta, deverá apresentar, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, admitida prorrogação a critério da Administração:

- a) planilha detalhada de formação de preços;
- b) documentos comprobatórios de condições vantajosas (como economia de escala, inovação tecnológica, redução de custos administrativos, entre outros); e
- (c) demais elementos que demonstrem a viabilidade econômico-financeira da proposta.

9.11. A não apresentação de comprovação ou a manutenção de proposta manifestamente inexecutável implicará desclassificação do licitante, conforme art. 59, da Lei nº 14.133/2021.

9.12. Caso a justificativa seja aceita, o licitante assumirá integral responsabilidade pela execução do objeto nas condições propostas, não cabendo posteriormente alegar desequilíbrio econômico-financeiro.

9.13. Quando for solicitado a exequibilidade da proposta, o Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Contratação poderá suspender a sessão para análise do setor demandante, o qual deverá emitir documento formal (nota técnica, parecer ou relatório), com base nos documentos enviados pela licitante, para subsidiar a decisão do pregoeiro quanto à aceitação ou recusa da proposta.

9.13.1. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o Pregoeiro convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

9.13.2. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.13.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

9.13.4. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

10.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- e) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Unificada da Fazenda Federal, compreendendo: Dívida Ativa da União, Quitação de Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias- INSS);
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a lei nº. 12.440/2011
- c) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativa ao domicílio ou sede do Licitante, da Dívida Ativa da Fazenda Estadual;
- d) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede do Licitante, relativa a tributos estaduais, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede do Licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;
- f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

10.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.
 - a.1) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme estabelece o inciso I do Art. 69 da Lei 14.133/2021.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

d) Os documentos referidos no inciso I do caput do Art. 69 da Lei 14.133/2021, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentar Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

a.1) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, **em diligência**, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) Declaração de Disponibilidade dos Recursos Necessários para Execução do Objeto - A empresa deverá declarar que dispõe de pessoal e equipamentos necessários para execução do objeto deste termo. A comprovação do teor desta declaração será exigida do vencedor da licitação como condição para a contratação.

c) Para fornecimento de Mobiliário apresentar Declaração do fabricante ou distribuidor autorizado, se a empresa não for a fabricante, atestando que está apta a comercializar os produtos ofertados, assegurando a procedência, originalidade e a garantia do mobiliário.

d) Para fornecimento de Mobiliário apresentar Comprovação de assistência técnica, própria ou terceirizada, localizada em Rio Branco/AC, com capacidade de atendimento on-site, durante o prazo de garantia do mobiliário.

e) E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I, do edital.

f) Os documentos necessários à habilitação quando estiverem desatualizados no SICAF ou, ainda, quando não estiverem nele contemplado, deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta de preços.

10.2. Os documentos necessários à habilitação quando estiverem desatualizados no SICAF ou, ainda, quando não estiverem nele contemplado, deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta de preços.

10.3. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresse, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias corridos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

10.4. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

10.5. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das ME's e das EPP's será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

10.6. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

10.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.8. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), sob pena de inabilitação.

10.9. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção **“Convocar Anexo”**, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado deverá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

10.10. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação da Licitante primeira classificada e a convocação dos demais licitantes, conforme ordem de classificação.

10.10.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.12. A veracidade da documentação será verificada pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.13. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail cplaleac@hotmail.com dentro do prazo estabelecido.

10.14. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

10.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

10.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

10.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação do proponente. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

10.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

10.17. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

11. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

11.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

11.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

11.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - Complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e

III - Comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

11.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

11.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

11.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

11.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do agente de contratação ou comissão de contratação.

11.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: cplaleac@hotmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada no sistema.

11.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

12.2. Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer, no prazo de 10 (dez) minutos e em campo próprio do sistema, de forma imediata após o julgamento da proposta e da habilitação, sob pena de preclusão.

12.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação via sistema.

12.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, caso queiram, apresentar suas contrarrazões, em 3 (três) dias úteis, a partir da data final do prazo do recorrente, pela mesma forma de apresentação do recurso, assegurada a vista dos documentos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.5. As razões e contrarrazões dos recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.6. A apreciação se dará em fase única; e

12.6.1. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

14.5. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento dos autos.

12.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

12.11. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

13.DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

13.1.1. Determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

13.1.2. Revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

13.1.3. Anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

13.1.4. Adjudicar e homologar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

14.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A ARP será assinada no prazo de até 05 (cinco) dias após a homologação e adjudicação do objeto, ficando desobrigados os licitantes vencedores a procederem sua assinatura após esse prazo e, na hipótese de, dentro do prazo, a Administração convocar os vencedores e estes se recusarem, incidirão as penalidades pertinentes.

14.2. A Ata decorrente da presente licitação terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

14.3. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

14.4. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

14.5. A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

14.6. A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.7. A ALEAC é o órgão gerenciador da ARP, competindo-lhe as competências discriminadas nos art. 305 a 307 do Decreto Estadual nº 11.363/2021.

14.8. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, de acordo com o parágrafo único do art. 84 da Lei 14.133/2021.

14.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.10. Serão formalizadas Atas de Registro de Preços ou uma única ata para o registro de todos os itens ou grupos constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.11. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.13. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

14.14. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

14.15. Na hipótese prevista acima, o gerenciador da Ata de Registro de Preços convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto Federal n. 14.462/2023.

14.16. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

15.DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

15.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

15.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

15.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

15.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

15.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.5.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.5.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

16.2. O prazo que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, desde que seja devidamente justificado e aceito pela Administração.

16.3. Na convocação serão consultados o CEIS e o CNEP, e será exigida a comprovação da manutenção das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas também durante a vigência do contrato.

16.4. Nas hipóteses de o adjudicatário se encontrar inidôneo ou impedido de contratar com a Administração Pública, não comprovar a manutenção das condições de habilitação, recusar-se a assinar o contrato, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a análise da proposta e de eventuais documentos complementares, feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.5. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do item 16.3., a ALEAC, observando o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; e
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta.

17. DA UTILIZAÇÃO DA ARP POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

17.1. A ata de registro de preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 do Dec. Estadual 11.363/2023 e as demais condições previstas neste instrumento.

17.2. O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, e indicará as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

17.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

17.4. A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preços.

17.5. Cada órgão ou entidade da Administração Pública estadual poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual for integrante, na qualidade de não participante, para



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observando-se os requisitos previstos neste artigo.

17.6. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

17.7. Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual poderão aderir, na qualidade de não participantes, a atas de registro de preços gerenciadas pela Administração Pública direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, inclusive do Estado do Acre, e do Distrito Federal ou a atas de registro de preços gerenciadas por consórcios públicos formados por esses entes, condicionada à:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista neste Decreto;

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor; e

IV - previsão no respectivo edital ou na ata de registro de preços de quantitativo reservado à adesão por órgãos e entidades não participantes.

17.8. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o art. 335 do Dec. Estadual 11.363/2023:

I - as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e

II - a soma de todas as adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

17.9. Exaurido o saldo destinado aos órgãos e entidades participantes, poderá ser solicitada ao órgão ou entidade gerenciadora a utilização do quantitativo passível de adesão, desde que haja concordância da detentora.

17.10. A utilização de saldo destinado à adesão somente poderá ocorrer após exaurido todo o saldo de órgãos e entidades participantes, considerando-se os quantitativos de itens ou lotes espelhados, salvo quando, justificadamente, houver necessidade de manutenção da uniformidade contratual.

18. DO MODO DE GERENCIAMENTO DA ATA

18.1. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados por meio de ferramenta de gestão de atas, quanto:

I - aos quantitativos e aos saldos;

II - às solicitações de adesão; e

III - ao remanejamento das quantidades.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

19. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSORCIO

19.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

21. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

22. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO E CRITÉRIO DE REAJUSTE DO PREÇO

22.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

23. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

23.1. Não se aplica.

24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Os licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021, Decreto Estadual nº. 5.965/2010 e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

25.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

25.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

26.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

26.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

26.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

26.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.7. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

26.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.10. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

26.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.14. Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a participação no presente certame pressupõe a aceitação de que os dados pessoais fornecidos pelos licitantes no decorrer do procedimento licitatório serão de conhecimento público, podendo ser divulgados em portais oficiais do Governo.

26.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site <https://www.al.ac.leg.br>.

26.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios: <https://www.gov.br/compras>; <https://www.al.ac.leg.br> no banner Portais + Transparência + Licitações;

26.17. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

26.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I: Termo de Referência;

Anexo II: Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo III: Minuta de Minuta de Contrato;





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços;

Anexo V: Modelo de Declaração de Elaboração independente de proposta;

Anexo VI: Modelo de Declaração de Não Vínculo;

Anexo VII: Modelo de Declaração de disponibilidade de equipamentos e profissionais para a execução do contrato.

Rio Branco- AC, 24 de março de 2026.

João Ferreira de Araújo
Membro da Comissão de Contratação



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a Contratação de empresa para aquisição de mobiliários e vasos para plantas ornamentais, para atender as demandas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como de natureza comum, conforme art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/21 e inciso XXXVIII, do art. 2º, do Decreto Estadual nº 11.363/23.

1.3. A ALEAC não estará obrigada a adquirir os quantitativos dispostos neste Termo de Referência, devendo adquirir de acordo com a sua necessidade.

1.4. Os itens que não forem solicitados imediatamente ficarão registrados em ATA para suprir qualquer eventualidade, quando necessário.

2. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

2.1. A forma de realização da contratação será realizada por meio de Pregão, na forma Eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços.

2.2. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do Menor Preço por item.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 14.133/2021, Decretos Estaduais nº. 5.965/2010 (Procedimento Administrativo e a Aplicação de Sanções) e 11.363/2023, Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e suas alterações, e demais normas legais aplicáveis.

4. DO QUANTITATIVO A SER LICITADO

4.1. A ALEAC não estará obrigada a adquirir os quantitativos dispostos neste Termo de Referência, devendo adquirir os produtos de acordo com a sua necessidade.

4.2. Os produtos que não forem adquiridos imediatamente ficarão registrados em ATA para suprir qualquer eventualidade, quando necessário.

5. PARTICIPAÇÃO DE CONSORCIOS, ME E EPP

5.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que o objeto da contratação consiste na aquisição de bens comuns, padronizados, amplamente disponíveis no mercado, cuja execução não demanda elevada complexidade técnica ou operacional, sendo plenamente possível sua execução integral por empresa individualmente habilitada, sem prejuízo à competitividade do certame, à economicidade e à adequada gestão e fiscalização contratual.


5.2. Serão observados os direitos das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 4º, caput, da Lei Federal 14.133/2021, que remete aos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.3. Quando o valor da Contratação estimada do item for **INFERIOR** a R\$ **80.000, 00** (oitenta mil reais) para o período de 12 (doze) meses, conforme o inciso do art. 48 da Lei n. 123/2006, o mesmo será exclusivo para microempresas - ME e empresas de pequeno porte-EPP.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

2. ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

MOBILIÁRIOS								
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	IMAGENS ILUSTRATIVAS	UNID DE MEDIDA	QUANT. ESTIMAD A PARA CONSUMO (A)	QUANTIDADE ESTIMADA PARA REGISTRO (B)	VALOR UNIT. (C)	VALOR TOTAL (D) = (B) X (C)
01	613469	<p>POLTRONA PARA AUDITÓRIO. ASSENTO: assento de rebatimento automático silencioso, acionamento por gravidade e buchas de poliacetal autolubrificantes. Estrutura interna do assento confeccionada em madeira de lei maciça termoequilibrada com raio de curvatura na parte frontal de 450mm, com sistema de molas tipo nozag.</p> <p>BLINDAGEM DO ASSENTO: em madeira compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola a base de resina e moldadas a quente. Fixada a estrutura através de parafusos não aparentes para evitar a flexão do material e consequente</p>		Unidade	45	90		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		<p>geração de ruídos medindo 415 x 420 x 13 mm. Acabamento em verniz de poliuretano acetinado, possuindo ainda micro perfurações em pelo menos 10% de sua área para melhor absorção acústica.</p> <p>ENCOSTO: Fixo, regulável em três níveis ergonômicos com inclinação de 18°, 22° e 26°, estrutura interna em madeira moldada anatomicamente, de espessura total de 14 mm, compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola a base de resina e moldadas a quente. Fixado a estrutura através de buchas metálicas e chapas de aço de 2,50 mm de espessura, estampadas e pintadas pelo sistema epóxi pó.</p> <p>BLINDAGEM DO ENCOSTO: Blindagem em compensado multilaminado, 15 mm de espessura, possuindo em ambas as faces lâmina de madeira natural de 0,7 mm, acabamento em verniz de poliuretano</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		<p>acetinado.</p> <p>ESPUMAS E REVESTIMENTO: Assento com espuma injetada de poliuretano anti- chamas com densidade de 55 kg/m³, moldada anatomicamente com espessura de 90 mm no centro do assento. Encosto com espuma injetada de poliuretano, anti- chamas, com formato anatômico, densidade de 50 kg/m³, possuindo largura de 450 mm na parte superior e 470 mm na região lombar, altura de 540 mm e espessuras de 60 mm na parte superior, 50 mm no centro e 90 mm na região lombar. Revestimento em couro sintético na cor cinza.</p> <p>ESTRUTURA: Estrutura metálica confeccionada em aço 1010/1020, com 2,65 mm de espessura e estruturada por dobras e soldada pelo sistema MIG. Coluna longitudinal em aço tubular 1010/1020, dimensões 25 x 70mm e espessura 1,50mm, com tratamento de</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		<p>superfície com fosfatização de zinco e pintura à pó eletrostático, protegida com acabamento na borda frontal com coluna de madeira de lei maciça, acabamento em verniz de poliuretano acetinado natural e possuindo as seguintes dimensões: altura 555mm, borda superior 185mm, inferior 65mm e espessura 28mm.</p> <p>APÓIA-BRAÇOS: Confeccionados em madeira de lei maciça de primeira qualidade, umidade máxima de 12%, fixados na estrutura com cavilhas de madeira e cola especial, dimensões 410 x 70 x 35 mm. Acabamento nos mesmos padrões utilizados nas bordas de proteção da estrutura.</p> <p>PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL: Prancheta escamoteável, possuindo dois movimentos distintos de tal forma que, quando não estiver sendo utilizada, permaneça totalmente embutida entre a estrutura e o assento. Confeccionada em</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		<p>MDF 18mm de espessura, acabamento das bordas em perfil de PVC e nas faces superior e inferior, com melamínico de alta pressão texturizado preto.</p> <p>SAPATAS DE APOIO AO PISO: Confeccionadas em chapas de aço 1010/1020, retangular chata, soldadas à estrutura pelo sistema MIG, componentes metálicos com tratamento de superfície por fosfatização de zinco e pintura a pó eletrostática.</p> <p>DIMENSÕES: Entre eixos: 550 mm, Altura do chão ao topo do encosto: 890 mm. Profundidade da poltrona aberta: 690 mm</p> <p>ACESSÓRIOS: Identificação alfa-numérica para filas e corredores.</p> <p>Compatível e similar com a marca Asta Mobili.</p> <p>Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação, contado a partir do recebimento definitivo.</p> <p>O produto deverá ser entregue montado, revisado e instalado.</p>						
--	--	---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

02	613469	<p>POLTRONA PARA AUDITÓRIO (P.M.R.)</p> <p>ASSENTO: Assento de rebatimento automático silencioso, acionamento por gravidade e buchas de poliacetal auto-lubrificantes. Estrutura interna do assento confeccionada em madeira de lei maciça termoequilizada com raio de curvatura na parte frontal de 450mm, com sistema de molas tipo nozag.</p> <p>BLINDAGEM DO ASSENTO: Em madeira compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola a base de resina e moldadas a quente. Fixada a estrutura através de parafusos não aparentes para evitar a flexão do material e consequente geração de ruídos medindo 415 x 420 x 13 mm. Acabamento em verniz de poliuretano acetinado, possuindo ainda micro perfurações em pelo menos 10% de sua área para</p>		Unidade	45	90		
----	--------	---	---	---------	----	----	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		<p>melhor absorção acústica.</p> <p>ENCOSTO: Fixo, regulável em três níveis ergonômicos com inclinação de 18°, 22° e 26°, estrutura interna em madeira moldada anatomicamente, de espessura total de 14 mm, compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola a base de resina e moldadas a quente. Fixado a estrutura através de buchas metálicas e chapas de aço de 2,50 mm de espessura, estampadas e pintadas pelo sistema epóxi pó.</p> <p>BLINDAGEM DO ENCOSTO: Blindagem em compensado multilaminado, 15 mm de espessura, possuindo em ambas as faces lâmina de madeira natural de 0,7 mm, acabamento em verniz de poliuretano acetinado.</p> <p>ESPUMAS E REVESTIMENTO: Assento com espuma injetada de poliuretano anti-chamas com densidade de 55 kg/m³, moldada anatomicamente</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		<p>com espessura de 90 mm no centro do assento. Encosto com espuma injetada de poliuretano, anti-chamas, com formato anatômico, densidade de 50 kg/m³, possuindo largura de 450 mm na parte superior e 470 mm na região lombar, altura de 540 mm e espessuras de 60 mm na parte superior, 50 mm no centro e 90 mm na região lombar. Revestimento em couro sintético na cor cinza.</p> <p>ESTRUTURA LATERAL: Metálica e Madeira. A metálica deverá ser confeccionada em aço 1010/1020, estruturada por dobras e soldada pelo sistema MIG. Coluna longitudinal em aço tubular 1010/1020, dimensões 25 x 70 mm e espessura 1,50 mm, com tratamento de superfície com fosfatização de zinco e pintura a pó eletrostática. A de madeira confeccionada com coluna em madeira maciça medindo altura de aproximadamente</p>						
--	--	---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		<p>440mm, de tal forma que mesma não ultrapasse a altura do assento, borda superior 185mm, borda inferior 65mm e espessura de 28mm, acabamento em verniz de poliuretano acetinado.</p> <p>APÓIA-BRAÇOS: Basculante com movimento de rotação posicionando-se paralelo ao encosto, permitindo que uma pessoa possa acessar a poltrona pela lateral da mesma.</p> <p>Confeccionados em madeira de lei maciça de primeira qualidade, umidade máxima de 12%, fixados a uma estrutura metálica, através de parafusos.</p> <p>Dimensões 410 x 70 x 35 mm.</p> <p>Acabamento nos mesmos padrões utilizados nas bordas de proteção da estrutura.</p> <p>PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL: Prancheta escamoteável, possuindo dois movimentos distintos de tal forma que, quando não estiver sendo utilizada, permaneça totalmente embutida</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		<p>entre a estrutura e o assento.</p> <p>Confeccionada em MDF 18mm de espessura, acabamento das bordas em perfil de PVC e nas faces superior e inferior, com melamínico de alta pressão texturizado preto.</p> <p>SAPATAS DE APOIO AO PISO: Confeccionadas em chapas de aço 1010/1020, retangular chata, soldadas à estrutura pelo sistema MIG, os componentes metálicos devem receber tratamento de superfície por fosfatização de zinco e pintura a pó eletrostática.</p> <p>DIMENSÕES: Entre-eixos: 550 mm Altura do chão ao topo do encosto: 890 mm Profundidade da poltrona aberta: 690 mm</p> <p>ACESSÓRIOS: Identificação alfa-numérica para filas e corredores.</p> <p>Compatível e similar com a marca Asta Mobili.</p> <p>Garantia de 5 anos, contra defeitos de fabricação, contado a partir do recebimento</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		definitivo. O produto deverá ser entregue montado, revisado e instalado.						
03	613469	<p>Poltrona para auditório (P.O.) ASSENTO: Assento de rebatimento automático silencioso, acionamento por gravidade e buchas de poliacetal auto-lubrificantes. Estrutura interna do assento confeccionada em madeira de lei maciça termo-estabilizada com raio de curvatura na parte frontal de 450mm, com sistema de molas tipo nozag.</p> <p>BLINDAGEM DO ASSENTO: Em madeira compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola a base de resina e moldadas a quente. Fixada a estrutura através de parafusos não aparentes para evitar a flexão do material e consequente geração de ruídos medindo 830 x 420 x 13 mm. Acabamento em verniz de poliuretano acetinado,</p>		Unidade	02	04		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>possuindo ainda micro perfurações em pelo menos 10% de sua área para melhor absorção acústica.</p> <p>ENCOSTO: Fixo, regulável em três níveis ergonômicos com inclinação de 18°, 22° e 26°, estrutura interna em madeira moldada anatomicamente, de espessura total de 14 mm, compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola a base de resina e moldadas a quente. Fixado a estrutura através de buchas metálicas e chapas de aço de 2,50 mm de espessura, estampadas e pintadas pelo sistema epóxi pó.</p> <p>BLINDAGEM DO ENCOSTO: Blindagem em ambas as faces com lâmina de madeira natural de 0,7 mm, acabamento em verniz poliuretano acetinado.</p> <p>ESPUMAS E REVESTIMENTO: Assento com espuma injetada de poliuretano anti-chamas com densidade de 55</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>kg/m³, moldada anatomicamente com espessura de 90 mm no centro do assento. Encosto com espuma injetada de poliuretano, anti-chamas, com formato anatômico, densidade de 50 kg/m³, possuindo largura de 900 mm na parte superior e 940 mm na região lombar, altura de 540 mm e espessuras de 60 mm na parte superior, 50 mm no centro e 90 mm na região lombar. Revestimento em couro sintético na cor cinza.</p> <p>ESTRUTURA: Estrutura metálica confeccionada em aço 1010/1020, com 2,65 mm de espessura e estruturada por dobras e soldada pelo sistema MIG. Coluna longitudinal em aço tubular 1010/1020, dimensões 25 x 70mm e espessura 1,50mm, com tratamento de superfície com fosfatização de zinco e pintura à pó eletrostático, protegida com acabamento na borda frontal com coluna de madeira</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		<p>de lei maciça, acabamento em verniz de poliuretano acetinado natural e possuindo as seguintes dimensões: altura 555mm, borda superior 185mm, inferior 65mm e espessura 28mm.</p> <p>APÓIA-BRAÇOS: Confeccionados em madeira de lei maciça de primeira qualidade, umidade máxima de 12%, fixados na estrutura com cavilhas de madeira e cola especial, dimensões 410 x 70 x 35 mm. Acabamento nos mesmos padrões utilizados nas bordas de proteção da estrutura.</p> <p>PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL: Prancheta escamoteável, possuindo dois movimentos distintos de tal forma que, quando não estiver sendo utilizada, permaneça totalmente embutida entre a estrutura e o assento. Confeccionada em MDF 18mm de espessura, acabamento das bordas em perfil de PVC e nas faces superior e inferior,</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>com melamínico de alta pressão texturizado preto.</p> <p>SAPATAS DE APOIO AO PISO: Confeccionadas em chapas de aço 1010/1020, retangular chata, soldadas à estrutura pelo sistema MIG, os componentes metálicos devem receber tratamento de superfície por fosfatização de zinco e pintura a pó eletrostática.</p> <p>DIMENSÕES: Entre-eixos: 1100 mm Altura do chão ao topo do encosto: 890 mm. Profundidade da poltrona aberta: 690 mm.</p> <p>ACESSÓRIOS: Identificação alfa-numérica para filas e corredores.</p> <p>Compatível e similar com a marca Asta Mobili.</p> <p>Garantia de 5 anos, contra defeitos de fabricação, contado a partir do recebimento definitivo.</p> <p>O produto deverá ser entregue montado, revisado e instalado.</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

04	328207	<p>MESA LATERAL monopé, formato redonda, MDF Freijó (tampo e base) com acabamento em verniz e pintura Uv, medindo: altura x largura x comprimento: 45cm x 30 cm x 30cm (medidas aproximadas). Peso máximo suportado 15 Kg.</p> <p>Garantia de 1 ano contra defeitos de fabricação, contado a partir do recebimento definitivo. O produto deverá ser entregue montado e revisado.</p>		Unidade	05	10		
05	485383	<p>POLTRONA DECORATIVA TIPO HERA, base giratória em madeira maciça na cor castanho e metal preto reforçado, giro de 360°, medidas aproximadas: altura x largura x profundidade: 84cm x 75cm x 65cm, Tecido na cor cinza claro, material de enchimento do encosto ergonômico, espuma soft densidade da espuma do assento D-28, peso máximo suportado 120 Kg.</p> <p>Garantia de 1 ano contra defeitos de fabricação, contado a partir do recebimento definitivo. O produto deverá ser</p>		Unidade	48	96		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		entregue montado e revisado.						
06	614912	<p>Poltrona Presidente Giratória ENCOSTO</p> <ul style="list-style-type: none">- Encosto fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 18 mm de espessura média. Possuir curvatura anatômica no encosto de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, adaptando-se melhor à coluna vertebral.- Espuma expandida/laminada em poliuretano flexível microcelular, isenta de CFC, com densidade mínima de 26 Kg/m³ com 45 mm de espessura média do tipo Soft.- Revestimento do encosto Couro Natural, COR A DEFINIR, fixado por grampos com acabamento zincado.- Contra capa do encosto em Couro Natural na cor caramelo, fixado por grampos com acabamento zincado.- Suporte do encosto fabricado em mola de aço SAE 1050 curvado a quente com posterior tratamento térmico, com 76,20mm largura e 6,35 mm de espessura, com		Unidade	22	44		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		<p>bordas arredondadas.</p> <ul style="list-style-type: none">- A fixação da mola no encosto feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola 1/4"x 20 FPP e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira do encosto.- A fixação do encosto no mecanismo feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola 1/4"x 20 FPP e porcas torque sextavada com flange na bitola 1/4" 20 FPP. <p>APOIO DE CABEÇA</p> <ul style="list-style-type: none">- Apoio de cabeça com estrutura lateral fabricada em barra redonda de aço SAE 1213 trefilado redondo com 10 mm de diâmetro e estrutura superior e inferior fabricada em barra redonda de aço SAE 1020 trefilado redondo com 12 mm de diâmetro. Haste de fixação fabricada em chapa de aço NBR 6658 com 3,75 mm de espessura.- união da estrutura lateral e inferior na chapa de fixação feito por processo de						
--	--	---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>solda do tipo MIG em célula robotizada formando uma estrutura única para posterior montagem.</p> <p>- Apoio de cabeça coberto por espuma expandida/laminada em poliuretano flexível micro celular, isenta de CFC, com densidade mínima de 31 Kg/m³ e 30 mm de espessura média.</p> <p>- Fixação do apoio de cabeça no encosto feito com parafusos sextavados na bitola 1/4"x 20 FPP e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira do encosto.</p> <p>ASSENTO</p> <p>- Assento fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 18 mm de espessura média. Possuir curvatura anatômica no encosto de forma à permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, adaptando-se melhor à coluna vertebral.</p> <p>- Espuma expandida/laminada em poliuretano flexível micro celular, isenta de CFC, com densidade mínima de 26 Kg/m³ com 20 mm de espessura média do tipo Soft.</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		<ul style="list-style-type: none">- Revestimento do assento em Couro Natural na cor caramelo, fixado por grampos com acabamento zincado.- Calço de apoio do braço injetado em poliamida 6.6 com reforço de 30% de fibra de vidro fixado na madeira por parafusos.- Possuir plataforma de regulagem de profundidade do assento com corpo injetado em poliamida 6.6 reforçada com 30% de fibra de vidro e chapa de regulagem fabricada aço NBR 6658 com 4,75 mm de espessura com 6 estágios de regulagem totalizando 50 mm de curso. O acionamento é feito por gatilho injetado em Poliamida 6.0 integrado à plataforma de regulagem do assento.- A fixação da plataforma de regulagem de profundidade no assento feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola 1/4"x 20 FPP e porcas de garra encravadas e rebitas na						
--	--	--	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>madeira.</p> <p>- A fixação do mecanismo na plataforma de regulagem de profundidade feita com parafusos sextavados Grau 8.8 na bitola M8 em furos roscados M8 na chapa de regulagem de profundidade.</p> <p>BRAÇO</p> <p>- Apoia braços 4D, em poliuretano injetado soft touch, regulagem de altura, giro horizontal, deslocamento lateral e deslocamento frontal.</p> <p>-Estrutura em poliamida injetada com reforço de fibra de vidro e alumínio injetado, possuir 6 posições de regulagem de altura e 60 mm de curso.</p> <p>- fixação dos braços no assento feita com 3 parafusos Philips, na bitola ¼"x 20 FPP e porcas sextavada na bitola ¼"x 20 FPP inseridas sob pressão nos calços de apoio.</p> <p>MECANISMO</p> <p>- Mecanismo do tipo relax Sincron com 18° de curso divididos em 3 estágios de regulagem de inclinação do assento e encosto e travamento em</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>qualquer um dos estágios, dotado de sistema anti-impacto que libera o encosto somente com aplicação de leve pressão das costas do usuário evitando impactos indesejados, ou relax livre com livre flutuação.</p> <ul style="list-style-type: none">- Possuir ajuste de tensão da mola por manípulo frontal.- Possuir alavanca de comando independente para a regulagem de inclinação do encosto e para a regulagem da altura do assento.- Possuir sistema de encaixe da coluna através de cone Morse. <p>COLUNA</p> <ul style="list-style-type: none">- Coluna central desmontável fixada por encaixe cônico fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020 redondo com 50,80 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede, rolamento/mancal axial de giro, arruela de aço temperado de alta resistência, bucha mancal de giro injetada em Poliacetal e recalibrada na montagem, sistema de regulagem da altura da cadeira						
--	---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>com mola a gás DIN EN 16955 com 115 mm de curso nominal, com tolerância de 5 mm para mais ou para menos, quando medida montada, devido à compressão dos componentes.</p> <p>- Possuir sistema de montagem na base e no mecanismo por encaixe cone Morse.</p> <p>BASE</p> <p>- Base giratória desmontável com aranha de 5 hastes em alumínio injetado polido, apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento com 65 mm de diâmetro em nylon, esfera metálica inserida na estrutura, que facilita o giro, banda de rolagem em nylon para uso em carpetes, tapetes e similares ou banda de rolagem em poliuretano para uso em piso duro, amadeirados e com revestimentos vinílicos.</p> <p>- Montagem do rodízio na base feito através de pino fabricado em aço SAE 1010/1020 com diâmetro de 11 mm com anel elástico em aço que possibilita a montagem direta sem utilização de buchas de</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		<p>adaptação.</p> <ul style="list-style-type: none">- Possuir sistema de montagem da coluna na base por encaixe cone Morse. <p>ACABAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none">- componentes metálicos pintados devem possuir tratamento de superfície através de banho nanocerâmico bimetálico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta.- tinta utilizada para a pintura em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para linha, com camada média de 60 microns de espessura.- As peças deverão ser curadas em estufa com esteira de						
--	--	--	--	--	--	--	--	--




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		<p>movimentação contínua à temperatura de 200° C.</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA:</p> <p>Altura Total da Cadeira: 1230 - 1345 mm; Profundidade Total da Cadeira: 735 - 960 mm; Largura Total da Cadeira: 700 - 810 mm; Extensão Vertical do Encosto: 750 mm; Largura do Encosto: 520 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 490 mm; Largura do Assento: 520 mm; Altura do Assento: 485 - 600 mm</p> <p>O produto deverá obedecer às normas técnicas de fabricação: ABNT, NBR, ISO 9001; Produto deverá ser compatível e similar com a marca Cavaletti.</p> <p>Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação, contado a partir do recebimento definitivo.</p> <p>O produto deverá ser entregue montado e revisado.</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

07	614912	<p>Poltrona Giratória ENCOSTO</p> <ul style="list-style-type: none">- Encosto fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 18 mm de espessura média. Possuir curvatura anatômica no encosto de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, adaptando-se melhor à coluna vertebral.- Espuma expandida/laminada em poliuretano flexível microcelular, isenta de CFC, com densidade mínima de 26 Kg/m³ com 15 mm de espessura média do tipo Soft.- Revestimento do encosto em Couro Natural na cor caramelo, fixado por grampos com acabamento zincado.- Contra capa do encosto em Couro Natural, COR A DEFINIR, fixado por grampos com acabamento zincado.- Suporte do encosto fabricado em mola de aço SAE 1050 curvado a quente com posterior tratamento térmico, com 76,20mm largura e 6,35 mm de espessura, com bordas		Unidade	30	60		
----	--------	--	---	---------	----	----	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>arredondadas.</p> <ul style="list-style-type: none">- A fixação da mola no encosto feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼"x 20 FPP e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira do encosto.- A fixação do encosto no mecanismo feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼"x 20 FPP e porcas torque sextavada com flange na bitola ¼" 20 FPP. <p>ASSENTO</p> <ul style="list-style-type: none">- Assento fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 18 mm de espessura média. Possuir curvatura anatômica no encosto de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, adaptando-se melhor à coluna vertebral.- Espuma expandida/laminada em poliuretano flexível microcelular, isenta de CFC, com densidade mínima de						
--	---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		<p>31 Kg/m³ com 40 mm de espessura média.</p> <ul style="list-style-type: none">- Revestimento do assento em Couro Natural na cor caramelo, fixado por grampos com acabamento zincado.- Calço de apoio do braço injetado em poliamida 6.6 com reforço de 30% de fibra de vidro fixado na madeira por parafusos.- Possuir plataforma de regulação de profundidade do assento com corpo injetado em poliamida 6.6 reforçada com 30% de fibra de vidro e chapa de regulação fabricada aço NBR 6658 com 4,75 mm de espessura com 6 estágios de regulação totalizando 50 mm de curso. O acionamento feito por gatilho injetado em Poliamida 6.0 integrado à plataforma de regulação do assento.- A fixação da plataforma de regulação de profundidade no assento feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola 1/4"x 20 FPP e porcas de garra						
--	--	---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>encravadas e rebitadas na madeira.</p> <p>- A fixação do mecanismo na plataforma de regulagem de profundidade é feita com parafusos sextavados Grau 8.8 na bitola M8 em furos roscados M8 na chapa de regulagem de profundidade.</p> <p>BRAÇO</p> <p>- Apoia braços 4D, em poliuretano injetado soft touch, regulagem de altura, giro horizontal, deslocamento lateral e deslocamento frontal. Estrutura em poliamida injetada com reforço de fibra de vidro e alumínio injetado, possuir 6 posições de regulagem de altura e 60 mm de curso.</p> <p>- A fixação dos braços no assento é feita com 3 parafusos Philips, na bitola 1/4"x 20 FPP e porcas sextavada na bitola 1/4"x 20 FPP inseridas sob pressão nos calços de apoio.</p> <p>MECANISMO</p> <p>- Mecanismo do tipo relax Syncron com 18° de curso divididos em 3 estágios de regulagem de inclinação do</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>assento e encosto e travamento em qualquer um dos estágios, dotado de sistema anti-impacto que libera o encosto somente com aplicação de leve pressão das costas do usuário evitando impactos indesejados, ou relax livre com livre flutuação.</p> <ul style="list-style-type: none">- Possuir ajuste de tensão da mola por manípulo frontal.- Possuir alavanca de comando independente para a regulagem de inclinação do encosto e para a regulagem da altura do assento.- Possuir sistema de encaixe da coluna através de cone Morse. <p>COLUNA</p> <ul style="list-style-type: none">- Coluna central desmontável fixada por encaixe cônico fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020 redondo com 50,80 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede, rolamento/mancal axial de giro, arruela de aço temperado de alta resistência, bucha mancal de giro injetada em Poliacetal e recalibrada na montagem, sistema						
--	---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>de regulagem da altura da cadeira com mola a gás DIN EN 16955 com 115 mm de curso nominal, com tolerância de 5 mm para mais ou para menos, quando medida montada, devido à compressão dos componentes.</p> <p>- Possuir sistema de montagem na base e no mecanismo por encaixe cone Morse.</p> <p>BASE</p> <p>- Base giratória desmontável com aranha de 5 hastes em alumínio injetado polido, apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento com 65 mm de diâmetro em nylon, esfera metálica inserida na estrutura, que facilita o giro, banda de rolagem em nylon para uso em carpetes, tapetes e similares ou banda de rolagem em poliuretano para uso em piso duro, amadeirados e com revestimentos vinílicos.</p> <p>- Montagem do rodízio na base feito através de pino fabricado em aço SAE 1010/1020 com diâmetro de 11 mm com anel elástico em aço que possibilita a montagem direta</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>sem utilização de buchas de adaptação.</p> <ul style="list-style-type: none">- Possuir sistema de montagem da coluna na base por encaixe cone Morse. <p>ACABAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none">- componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nanocerâmico bimetálico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta.- Tinta utilizada para a pintura em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para linha, com camada média de 60 microns de espessura. Todas as peças são curadas						
--	---	--	--	--	--	--	--




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C.</p> <p>DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA:</p> <p>Altura Total da Cadeira: 1035 - 1150 mm;</p> <p>Profundidade Total da Cadeira: 740 - 925 mm;</p> <p>Largura Total da Cadeira: 700 - 810 mm;</p> <p>Extensão Vertical do Encosto: 555 mm;</p> <p>Largura do Encosto: 520 mm;</p> <p>Profundidade da Superfície do Assento: 490 mm;</p> <p>Largura do Assento: 520 mm; Altura do Assento: 485 - 600 mm</p> <p>O produto deverá obedecer às normas técnicas de fabricação: ABNT, NBR, ISO 9001;</p> <p>Produto deverá ser compatível e similar com a marca Cavaletti.</p> <p>Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação, contado a partir do recebimento definitivo.</p> <p>O produto deverá ser entregue montado e revisado.</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

08	61491 2	<p>Cadeira Executiva com braços giratória com braços reguláveis, assento estofado com espuma injetada revestida em tecido e nylon na cor preto.</p> <p>ENCOSTO Encosto com estrutura de nylon preto, apoio lombar – sistema de apoio lombar auto ajustável da contrapressão em função do ângulo de inclinação do encosto.</p> <p>BRAÇOS Braços multifuncionais 4D, com sistema de giro de abertura orbital e com regulagem de altura. Apoio superior em termoplástico de poliuretano, toque macio, com ajustes de profundidade e de angulação</p> <p>ASSENTO Assento com mecanismo sincron dupla posição do encosto, com ajuste da tensão e possibilidade de travamento em cinco posições, com sistema anto-choque ao ser desbloqueado, ajuste de inclinação. Compatível e similar com a marca Asta mobili.</p> <p>Garantia de 5 anos, contra defeitos de fabricação, contado a partir do recebimento</p>		Unid	150	300		
----	------------	---	---	------	-----	-----	--	--







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		definitivo. O produto deverá ser entregue montado e revisado.						
VASOS PARA PLANTAS								
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	IMAGENS ILUSTRATIVAS	UNID DE MEDIDA	QUANT. ESTIMADA PARA CONSUMO (A)	QUANTIDADE ESTIMADA PARA CONSUMO (B)	VALOR UNIT. (C)	VALOR TOTAL (D) = (B) X (C)
09	406252	Vaso Vietnamita, cerâmica modelo Xangai verde, diâmetro 50cm, altura 46cm.		Unidade	05	10		
10	406252	Vaso Vietnamita, cerâmica modelo Bacia Nepal Musgo, diâmetro 28cm, altura 23cm.		Unidade	05	10		
11	406252	Vaso Vietnamita, cerâmica modelo Monte Carlo Musgo, diâmetro 53cm, altura 64cm.		Unidade	08	16		
12	406252	Vaso Vietnamita, cerâmica modelo Nassau Moss Green, diâmetro 50cm, altura 76cm.		Unidade	05	10		
13	406252	Vaso Vietnamita, cerâmica modelo Argélia Atlantis, diâmetro 65cm, altura 65cm.		Unidade	08	16		
14	406252	Vaso Vietnamita, cerâmica modelo Argélia Atlantis, diâmetro 50cm, altura 50cm.		Unidade	08	16		
15	627125	Vaso redondo para plantas de médio a grande porte, fabricado em polietileno forte e		Unidade	20	40		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		resistente. Dimensões: altura 75cm; largura 40cm; base: 26cm Capacidade: 70l. Cor: a escolher						
16	627125	Vaso quadrado para plantas de médio a grande porte, fabricado em polietileno forte e resistente. Dimensões: altura 75cm; largura 40cm; base: 26cm Capacidade: 70l. Cor: a escolher		Unidade	20	40		
17	627125	Vaso redondo para plantas de médio a grande porte, fabricado em polietileno forte e resistente. Dimensões: altura 90cm; largura 40cm; base: 26cm Capacidade: 130l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
18	627125	Vaso quadrado para plantas de médio a grande porte, fabricado em polietileno forte e resistente. Dimensões: altura 90cm; largura 40cm; base: 26cm Capacidade: 130l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
19		Vaso quadrado para plantas de grande porte, fabricado em polietileno forte e resistente,		Unidad	20	40		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	62712 5	Dimensões: altura 90cm; largura 90cm; base: 60cm Capacidade: 500l Cor: a escolher		e				
20	62712 5	Vaso redondo para plantas de grande porte, fabricado em polietileno forte e resistente, Dimensões: altura 90cm; largura 90cm; base: 60cm Capacidade: 500l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
21	62712 5	Jardineira para plantas, flores, fabricado em polietileno forte e resistente Dimensões: altura 25cm; largura 25cm; comprimento 60cm Capacidade: 30l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
22	62712 5	Vaso redondo para plantas de médio porte, fabricado em polietileno forte e resistente, Dimensões: altura 60cm; largura 38cm; base: 22cm Capacidade: 50l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
23	62712	Vaso quadrado para plantas de médio porte, fabricado em polietileno forte e resistente, Dimensões: altura 60cm; largura 38cm;		Unidade	20	40		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	5	base: 22cm Capacidade: 50l Cor: a escolher						
24	62712 5	Vaso redondo para plantas de pequeno porte, fabricado em polietileno forte e resistente, Dimensões: altura 15cm; largura 20cm; base 17cm Capacidade 3l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
25	62712 5	Vaso quadrado para plantas de pequeno porte, fabricado em polietileno forte e resistente, Dimensões: altura 15cm; largura 20cm; base 17cm Capacidade 3l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
26	62712 5	Vaso Cachepot redondo para plantas de pequeno porte, fabricado em polietileno forte e resistente. Dimensões: altura 12cm; largura 17cm; base 7,5cm Capacidade 0,85l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
27	62712 5	Vaso Cachepot quadrado para plantas de pequeno porte, fabricado em polietileno forte e resistente. Dimensões: altura 12cm;		Unidade	20	40		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

		largura 17cm; base 7,5cm Capacidade 0,85l Cor: a escolher						
28	62712 5	Vaso de parede Meia Lua fabricado em polietileno forte e resistente. Dimensões: altura 20cm; largura 20cm; comprimento 38cm Capacidade 5,5l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
29	62712 5	Vaso de parede Meia Lua fabricado em polietileno forte e resistente. Dimensões: altura 40cm; largura 20cm; comprimento 40cm Capacidade 7l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
VALOR TOTAL PARA CONSUMO							R\$	
VALOR TOTAL PARA REGISTRO							R\$	



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

7. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

7.1. A Assembleia Legislativa do Estado do Acre nos últimos anos está passando por processo de Reforma e Revitalização da Sede. As reformas visam a revitalização das instalações para a preservação das infraestruturas, adequação do mobiliário, potencialização da utilidade e harmonização da identidade visual, a maior adquirida a décadas. Ao longo desses anos, os setores que compreendem estas unidades não foram contemplados com reformas, apenas com manutenções corretivas pontuais. Esses serviços garantirão a manutenção da integridade das unidades, resgatando sua utilidade plena, mas principalmente, propiciando melhores condições de trabalho e bem-estar para os funcionários e sociedade em geral. Os conceitos norteadores buscam a revitalização e padronização das instalações e mobiliários.

7.2. Buscando a viabilização econômica e logística, as reformas ocorrem de maneira individualizada, para continuidade e funcionamento das atividades desempenhadas nos espaços e atendimentos externos.

7.3. Considerando o estado dos mobiliários existentes, composto por móveis de modelos antigos e fora de linha, com materiais mais pesados e sem flexibilidade de alteração de layout, além de apresentarem um estado de conservação desgastado, em sua maioria, sugere-se que os mobiliários em condições de uso sejam doados e os demais descartados após declaração de inservível. O mobiliário administrativo corporativo inserido na reforma devem compreender aspectos em consideração os princípios da ergonomia, da funcionalidade e da praticidade, garantindo o atendimento às Normas Técnicas e a proteção à saúde dos servidores, colaboradores, parlamentares e comunidade em geral.

7.4. Sobre esse escopo, este estudo tem como ponto principal, formalizar uma contratação com mais eficiência que garanta a satisfação dos usuários, bem como uma compra de produtos com a garantia de qualidade, durabilidade e recomenda a padronização do mobiliário administrativo das marcas e modelos referidos nesse instrumento, consoante as seguintes justificativas:

- a) atendimento as questões técnicas e normativas;
- b) ergonomia e conforto adequados para os usuários;
- c) permitem a flexibilidade de alteração de layouts;
- d) os materiais aplicados apresentam durabilidade e resistência reconhecida tecnicamente, além de garantia ampla das linhas e modelos;
- e) superfícies com facilidade de limpeza e higienização garantindo uma conservação a longo prazo.

7.5. Considerando que a Assembleia Legislativa possui espaços arejados, utilizando plantas ornamentais que propiciam um ambiente agradável, esteticamente harmoniosos, faz-se necessária a renovação dos vasos para plantas ornamentais com avarias, quebrados. Estes encontram-se distribuídos no Hall de entrada e Recepção, corredores e setores administrativos da sede.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO CONTRATAÇÃO

8.1. O objeto da presente contratação consiste na aquisição de mobiliário e vasos ornamentais para plantas, destinados a atender às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

8.2. O parcelamento se aplica a presente aquisição, tendo o julgamento da contratação escopo no critério das ofertas como “menor preço por item”, mostrando-se tecnicamente e economicamente viável. Tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes na disputa, aumentando a competitividade e a viabilização de melhores propostas.

8.3. A justificativa para o parcelamento fundamenta-se nos seguintes pontos:

a) Especialização dos fornecedores: A aquisição de mobiliário e a aquisição de vasos ornamentais, ainda que ambos consistam no fornecimento de bens móveis, abrangem mercados diferentes, com empresas especializadas em cada segmento, o que recomenda a divisão para ampliar a competitividade;

b) Ampliação da competitividade: O parcelamento possibilita a participação de um maior número de fornecedores, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, favorecendo a obtenção de melhores preços e condições comerciais;

c) Aprimoramento técnico da execução: Empresas especializadas tendem a oferecer produtos de melhor qualidade, alinhados às exigências do Termo de Referência, assegurando o atendimento das especificações técnicas;

d) Mitigação de riscos: Ao parcelar o objeto, reduz-se o risco de inadimplemento global, uma vez que eventuais problemas de fornecimento em uma categoria (mobiliário ou vasos) não comprometem a entrega do outro.

9. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO SRP

9.1. O Decreto Federal n. 11.462 de 31/03/2023 dispõe sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

9.2. No artigo 3º tivemos o esclarecimento das possibilidades de adoção do SRP, qual seja:

(...)

II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

9.3. Considerando que o objeto da licitação atende as hipóteses elencadas acima, a licitação será realizada por Sistema de Registro de Preços, tendo em vista suas diversas vantagens demonstradas a seguir:

a) Aumento da eficiência administrativa, pois promove a redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro.

b) Promove múltiplas aquisições conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária durante o prazo de vigência da ARP, otimizando os processos de contratação de bens e serviços pela Administração.

c) Renovação dos quantitativos com a prorrogação da Ata de Registro de Preços, permite à Administração manter a continuidade do atendimento institucional.

d) Ausência da obrigatoriedade em se adquirir os bens e serviços registrados, quer seja em suas quantidades parciais ou totais.

e) Vinculação do particular pelo prazo de validade da ata às quantidades e aos preços registrados.

9.4. Justifica-se ainda a utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda estar em quantidade estimada e de registro, podendo ocorrer alterações durante o decorrer do ano ou fatos que leve a diminuir ou aumentar a demanda. Como o



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

SRP a Administração não está obrigada a contratação da totalidade registrada, seno assim um instrumento eficaz de controle de gastos, o que lhe garante autonomia na contenção de gasto.

9.5. Proporciona maior economia para a Administração Pública, pela obtenção de preços mais vantajosos, decorrentes da ampla competitividade.

9.6. Diante do exposto, e com fundamento no artigo 82 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços como a solução mais eficiente e adequada para atender à demanda de aquisição de mobiliários e vasos ornamentais para plantas pela Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

10. JUSTIFICATIVA PARA A ADOÇÃO DE ORÇAMENTO SIGILOSO

10.1. Trata-se de justificativa acerca da decisão de não informar no edital o valor orçado para a aquisição do mobiliário e vasos ornamentais, para as empresas interessadas no processo. Verificada a lei n. 14.133/21 no artigo 24 dar a Administração Pública a possibilidade, desde que justificado, tornar o orçamento estimado da contratação sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...”,

10.2. Podemos pontuar algumas vantagens de não divulgar o orçamento dos produtos ora solicitados no processo:

a) Maior competitividade entre os concorrentes no processo, como os licitantes não conhecem previamente o valor que a Administração está disposta a pagar, eles são estimulados a oferecer suas melhores propostas;

b) Evita que os licitantes "se acomodem" em apresentar propostas muito próximas do orçamento público, o que pode ocorrer quando ele é divulgado;

c) Reduz o risco de conluíus entre empresas, pois dificulta a formação de cartéis ou acordos para dividir licitações baseados no orçamento conhecido;

d) Favorece a obtenção de preços mais vantajosos, pois cada licitante tende a buscar a melhor oferta para ganhar o certame;

e) O preço final pode ser inferior ao valor estimado inicialmente pela Administração.

f) Permite que a Administração tenha uma margem de negociação no caso de empate ou em procedimentos de julgamento com lances.

10.3. Desta forma e por todo justificado anteriormente, esta Subsecretaria de Patrimônio e Serviços informa que o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas na Planilha Orçamentária – Quantitativo.

11. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE PREÇO

11.1. As empresas participantes do processo licitatório deverão indicar na proposta de preços marca e modelo dos materiais/equipamentos cotados, sob pena de desclassificação;

11.2. Os preços deverão ser cotados obrigatoriamente por item, de forma unitária e total, já incluídos, quando aplicáveis, os serviços de instalação, bem como todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, fretes, seguros e quaisquer outros ônus necessários à completa execução do objeto, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais sob qualquer título;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

11.3. Os valores deverão ser expressos exclusivamente em moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais após a vírgula, vedado qualquer tipo de arredondamento, ajuste posterior ou apresentação de valores condicionados;

11.4. O prazo de validade não será inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

11.5. As empresas participantes do processo licitatório poderão detalhar as especificações dos produtos ofertados, desde que atendam todas as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS do presente termo e que deem subsídio à análise do produto, E NÃO que constem somente especificações do tipo “Conforme Edital” ou ainda, que constem a cópia do texto do edital. Orienta-se que a proposta a ser apresentada traga no mínimo as ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS em edital e na forma de apresentação padrão do proponente;

11.6. As empresas participantes do processo licitatório poderão apresentar juntamente com a proposta, catálogo ou impressos da internet para subsidiar a análise das especificações apresentadas na proposta, devendo identificar os itens a que se refere a cada impresso, a não apresentação não implicará na desclassificação da empresa.

11.7. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do setor demandante para embasar e orientar sua decisão;

11.8. A análise Técnica realizada por servidor designado, recairá sobre os aspectos técnicos, verificando as especificações apresentadas nas propostas e se estão de acordo com a especificação mínima descrita nesse Termo de Referência;

11.9. Serão aceitos os produtos com padrões iguais ou superiores aos descritos neste Termo de Referência, desde que sem ônus adicionais à ALEAC;

11.10. Em caso de divergência, o parecerista deve descrever os pontos de divergência entre a proposta e esse Termo, apresentando valoração final acerca da ACEITAÇÃO ou REJEIÇÃO da proposta;

11.11. Os produtos deverão ser novos de primeiro uso, não sendo aceitos, reformados ou reaproveitados;

11.12. Todos os produtos deverão ser transportados e entregues no local estabelecido neste Termo, em embalagens adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte.

12. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

12.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

12.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a)** Empresas estabelecidas no território do Estado do Acre;
- b)** Empresas brasileiras;
- c)** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d)** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

13. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1. DO PRAZO DE ENTREGA

13.1.1. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Ordem de Entrega, a ser emitida pela Subsecretaria de Patrimônio, Material e Serviços, podendo a referida ordem ser encaminhada, inclusive, por meio eletrônico.

13.1.2. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por igual período, excepcionalmente, mediante solicitação formal e devidamente justificada da contratada, apresentada antes do término do prazo originalmente estabelecido, desde que o motivo decorra de fato superveniente, alheio à sua vontade, e que não haja prejuízo ao interesse público.

13.1.3. A prorrogação dependerá de análise e autorização expressa da Administração, com fundamento nos arts. 107 e 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e interesse público.

13.1.4. A concessão de prorrogação não implicará alteração das demais cláusulas e condições contratuais, nem afastará a aplicação de penalidades, caso reste caracterizada a responsabilidade da contratada pelo atraso, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

13.2.1. Na Coordenadoria de Patrimônio e Material da Assembleia Legislativa, localizada na Rua Arlindo Porto Leal, 241, CEP 69.900-040 – Centro, em Rio Branco – Acre.

13.2.2. Os itens 01, 02 e 03 deverão ser montados, revisados e instalados na Sede da Assembleia Legislativa, no auditório e plenário, sem custos adicionais a contratante.

13.2.3. Para os itens 04, 05, 06 e 07 deverão ser entregues montados e revisados.

13.2.4. Os critérios de layout e distribuição serão especificados com base na:

a) Ergonomia e conforto: Disposição das poltronas deve garantir conforto aos usuários, respeitando espaçamento mínimo entre fileiras (mínimo de 90 cm) e entre assentos (mínimo de 55 cm);

b) Visibilidade: Instalação deve assegurar que todos os assentos tenham visibilidade adequada do palco, tribuna ou painel eletrônico, considerando inclinação de piso e altura de encostos;

c) Circulação e rotas de fuga: Deve ser garantida circulação livre e segura, respeitando as normas do Corpo de Bombeiros e ABNT NBR 9077 sobre saídas de emergência;

d) Setorização: Definição de áreas específicas para convidados, autoridades, servidores, imprensa e público geral, conforme uso de cada espaço;

e) Critérios Técnicos e Construtivos: As poltronas devem ser fixadas ao piso com buchas e parafusos adequados, em conformidade com a estrutura do contrapiso.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

f) Nível e alinhamento: Instalação deve garantir nivelamento perfeito das fileiras e alinhamento horizontal e vertical das poltronas;

g) Integração com piso e ambiente: A instalação deve respeitar as características do piso existente com uso de materiais de fixação compatíveis;

h) Espaços reservados: Deve haver poltronas removíveis ou áreas livres reservadas para cadeirantes, conforme ABNT NBR 9050 - Acessibilidade;

i) Assentos preferenciais: Poltronas de fácil acesso devem ser reservadas a pessoas com mobilidade reduzida e idosos;

j) Percurso acessível: A instalação deve respeitar percursos livres de barreiras para acesso às poltronas por pessoas com deficiência.

13.2.5. Para os itens referente aos vasos de plantas ornamentais, deverão ser entregues devidamente embalados para garantir a integridade física dos recipientes e a preservação durante o transporte e manuseio. A embalagem deve proteger contra impactos, tombamentos, abrasões e intempéries.

13.2.6. A contratada será responsável pela remoção e destinação adequada de todas as embalagens utilizadas na entrega dos vasos, não sendo permitido o descarte nas dependências da Assembleia Legislativa.

13.3. DAS CONDIÇÕES E RECEBIMENTO DO OBJETO

13.3.1. Os produtos deverão ser entregues obrigatoriamente conforme especificações deste termo, em cumprimento a qualidade mínima exigida no edital, ou superior, com custos exclusivos pela contratada, acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente e dos documentos de regularidade fiscal estabelecidos no Edital.

13.3.2. A empresa deverá obrigatoriamente entregar a totalidade do produto requisitado, conforme a ordem de entrega, não sendo permitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis;

13.3.3. A empresa contratada deverá entregar o material em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie;

13.3.4. Os produtos em desacordo com o edital e seus anexos ou com a legislação vigente aplicada, serão rejeitados pela ALEAC;

13.3.5. Os produtos deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas.

13.3.6. Os produtos serão recebidos nas seguintes condições:

a) Provisoriamente, a fim de verificar o atendimento às especificações e quantidades. Caso as especificações ou quantidades não estejam com as exigências mencionadas neste termo de referência, a contratada deverá substituir ou complementar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

b) Definitivamente, no prazo de 05 (cinco) úteis, após vistoria que comprove a adequação das especificações e quantidades aos termos do Edital.

13.3.7. Será de responsabilidade da Contratada, arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto deste Termo, incluindo o pagamento de impostos, taxas, emolumentos, e quaisquer outros tributos e/ou despesas existentes.

13.3.8. Os atrasos na entrega e outros descumprimentos de prazos poderão ser considerados inexecução contratual, podendo acarretar na aplicação das sanções



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

previstas neste Termo, no Edital e seus anexos, sem prejuízo das cominações legais previstas.

13.3.9. No caso de ser considerada insatisfatória as condições do produto recebido provisoriamente, ou ainda com vícios e defeitos, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser recolhido e substituído, as suas expensas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

13.3.10. O fornecedor terá prazo de substituição do produto, a partir da comunicação oficial feita pela Contratante.

13.3.11. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a Contratada à aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório.

13.3.12. O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético para a perfeita execução do contrato

13.4. DO PRAZO DA GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA DOS PRODUTOS

13.4.1. A empresa deverá ofertar a garantia para os itens 01, 02, 03, 05, 06 e 07 não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo.

13.4.2. Para os itens 04 e 05 a garantia não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo.

13.4.3. A garantia deverá cobrir defeitos de fabricação englobando vícios ocultos e falhas funcionais de peças, revestimentos e serviços.

13.4.4. Os serviços de garantia e assistência técnica deverão ser na modalidade on-site, ou seja, prestados na unidade administrativa onde estiver o bem, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

13.4.5. Durante a vigência da garantia poderão ser abertos chamados sem limite de quantidade.

13.4.6. Os chamados técnicos deverão ser atendidos no prazo máximo de 1 (um) dia útil após a abertura.

13.4.7. A Assistência técnica deverá ocorrer no local onde estiver instalado o equipamento. Caso não seja possível, a remoção do equipamento se dará sem qualquer ônus para a Contratante, mediante substituição do equipamento por outros equivalente ou de melhor qualidade durante o período de conserto do equipamento substituído.

13.4.8. Após detectado, o problema do equipamento defeituoso deverá ser sanado no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a abertura do chamado técnico.

13.4.9. Durante o período de garantia e na execução dos serviços, somente poderão ser utilizadas peças e componentes novos e originais do fabricante.

13.4.10. A garantia deve incluir, no mínimo:

- a) Substituição de peças com defeito (rodízios, pistões, tampos, fechaduras, correções, etc.);
- b) Reparos em estruturas metálicas ou de madeira;
- c) Correção de instabilidades, empenamentos, descascamentos e falhas no acabamento;
- d) Ajustes funcionais (altura, regulagem, travamento, etc.);
- e) Mão de obra e deslocamento técnico.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

13.4.11. Sempre que realizado o Suporte de garantia técnica, deverão ser apresentados relatórios com informações sobre os serviços executados, sobre anormalidades e falhas eventualmente observadas no equipamento;

13.4.12. Se a contratada, eventualmente, já estiver em atraso na execução da entrega, conforme subitem 13.1 do TR, será computado para fins de apuração de eventual aplicação de multa moratória, a partir do vencimento dos referidos prazos estipulados.

14.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da contratação almejada serão suportadas pelo Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Acre:

Programa de Trabalho – 101.001.01031229022430000

Elemento de Despesa – 44.90.52.00.00

Fonte de Recursos – 15000100 - RP

15.DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento definitivo, através da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, a qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

15.2. O pagamento referente ao fornecimento do objeto será realizado conforme a demanda de ordens de entrega emitida pelo setor responsável;

15.3. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, por Ordem Bancária, no observando o disposto no Capítulo X da Lei 14.133/2021, mediante a comprovação das manutenções das mesmas condições iniciais de habilitação, cumpridos os seguintes requisitos:

15.4. A emissão da ordem bancária para pagamento somente será efetivada após a apresentação do documento fiscal, devidamente conferido, aceito e atestado, caracterizando o recebimento definitivo do objeto, bem como após a comprovação da manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e cadastral da contratada.

15.5. A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido no contrato ou com qualquer circunstância que desaconselha o pagamento será devolvida à CONTRATADA com a interrupção do prazo previsto para pagamento, sendo a nova contagem do prazo iniciada a partir da respectiva regularização.

15.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP,$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado:

$I = i/365I = 0,06/365I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

15.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Rua Arlindo Porto Leal n. 241, Centro, CEP n. 69.909-040, Rio Branco - AC, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

15.8. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

15.9. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

15.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

15.11. Para fins de pagamento, a Administração realizará consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a fim de verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, bem como a inexistência de impedimentos para contratar com o Poder Público, incluindo ocorrências impeditivas diretas ou indiretas, nos termos da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

15.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

15.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

15.16. De conformidade com o Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que normatizou o SIAFIC, estabelecendo que todos os Poderes devem utilizar o Sistema Único de Execução Orçamentaria, Administração Financeira e Controle, o licitante/contratado. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

Credor no sistema da SEFAZ/AC, que poderá ser feito por meio do endereço eletrônico:
<http://sefaz.acre.gov.br>.

16. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

16.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidação respectiva;
- c) Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

16.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

16.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

16.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

16.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.2.5. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos Negativa de Débitos com a fazendas: Estadual, Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.2.6. Certidão Negativa referente a tributos com a Dívida Ativa do Estado do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

16.2.9. A Licitante vencedora, para assinatura do Contrato, deverá apresentar a mesma documentação exigida na Licitação e manter-se regular durante toda a execução do contrato, demonstrando as certidões de regularidade a cada pagamento.

16.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

16.3.1. As licitantes deverão comprovar documentação de qualificação econômico-financeira, nos termos do Capítulo VI da Lei nº 14.133/2021, conforme abaixo:

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme estabelece o inciso I do Art. 69 da Lei 14.133/2021.

d) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

e) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

f) Os documentos referidos no inciso I do caput do Art. 69 da Lei 14.133/2021, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

16.4. DA CAPACIDADE TÉCNICA:

a) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) Declaração de Disponibilidade dos Recursos Necessários para Execução do Objeto - A empresa deverá declarar que dispõe de pessoal e equipamentos necessários para execução do objeto deste termo. A comprovação do teor desta declaração será exigida do vencedor da licitação como condição para a contratação.

c) Para fornecimento de Mobiliário apresentar Declaração do fabricante ou distribuidor autorizado, se a empresa não for a fabricante, atestando que está apta a comercializar os produtos ofertados, assegurando a procedência, originalidade e a garantia do mobiliário.

d) Para fornecimento de Mobiliário apresentar Comprovação de assistência técnica, própria ou terceirizada, localizada em Rio Branco/AC, com capacidade de atendimento on-site, durante o prazo de garantia do mobiliário.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

17. A VIGÊNCIA E DO PRAZO DE ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS- ARP

17.1. A ARP será assinada no prazo de até 05 (cinco) dias após a homologação e adjudicação do objeto, ficando desobrigados os licitantes vencedores a procederem sua assinatura após esse prazo e, na hipótese de, dentro do prazo, a Administração convocar os vencedores e estes se recusarem, incidirão as penalidades pertinentes.

13.2. A Ata decorrente da presente licitação terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

13.3. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

13.4. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

13.5. A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

13.6. A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.7. A ALEAC é o órgão gerenciador da ARP, competindo-lhe as competências discriminadas nos art. 305 a 307 do Decreto Estadual nº 11.363/2021.

13.8. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, de acordo com o parágrafo único do art. 84 da Lei 14.133/2021.

18.DA UTILIZAÇÃO DA ARP POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTES

18.1. A ata de registro de preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 do Decreto Estadual n. 11.363/2023 e as demais condições previstas neste instrumento.

18.2. O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, e indicará as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

18.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

18.4. A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preços.

18.5. Cada órgão ou entidade da Administração Pública estadual poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual for integrante, na qualidade de não participante, para



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observando-se os requisitos previstos neste artigo.

18.6. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

18.7. Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual poderão aderir, na qualidade de não participantes, a atas de registro de preços gerenciadas pela Administração Pública direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, inclusive do Estado do Acre, e do Distrito Federal ou a atas de registro de preços gerenciadas por consórcios públicos formados por esses entes, condicionada à:

I - Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista neste Decreto;

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor;

IV - Previsão no respectivo edital ou na ata de registro de preços de quantitativo reservado à adesão por órgãos e entidades não participantes.

18.8. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o art. 335 do Dec. Estadual 11.363/2023:

I - as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e

II - a soma de todas as adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

18.9. Exaurido o saldo destinado aos órgãos e entidades participantes, poderá ser solicitada ao órgão ou entidade gerenciadora a utilização do quantitativo passível de adesão, desde que haja concordância da detentora.

18.10. A utilização de saldo destinado à adesão somente poderá ocorrer após exaurido todo o saldo de órgãos e entidades participantes, considerando-se os quantitativos de itens ou lotes espelhados, salvo quando, justificadamente, houver necessidade de manutenção da uniformidade contratual.

19. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA E CADASTRO RESERVA

19.1. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

I - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do caput do art. 15;

II - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

III - será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

19.2. O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

19.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do inciso II do caput antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido inciso.

19.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o inciso II do caput e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II - Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29.

19.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

20. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, nos termos do art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

20.2. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

21. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

21.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência das situações prevista na Lei 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023;

21.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

21.3. Na hipótese de o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

21.4. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados no mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

21.5. Na hipótese prevista acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observando-se o disposto no § 3º do art. 331 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

21.6. O órgão gerenciador não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 332 do Dec. 11.363/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

21.7. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observando-se o disposto no art. 35 do Dec. 11.363/2023;

21.8. Conforme o art. 330 do Decreto Estadual nº 11.363/2021, na hipótese de o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite o cumprimento do compromisso.

21.9. Para fins do disposto no item acima, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

21.10. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 331, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

21.11. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no § 2º do art. 329 do Decreto Estadual 11.363/2023, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observando-se o disposto no § 3º do art. 321.

21.12. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 332 do Dec. 11.363/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

21.13. Na hipótese de comprovação do disposto acima, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

21.14. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observando-se o disposto no art. 340 do Dec. 11.363/2023.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

22. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

22.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando o fornecedor:

- I - Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública sem justificativa razoável;
- III - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 330; ou
- IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e
- V - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

22.2. Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata de registro de preços enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

22.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

22.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observando-se a ordem de classificação.

22.5. Na hipótese de não haver cadastro de reserva ou não haver aceitação dos cadastrados, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova ata de registro de preços, observando-se os §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

22.6. A negociação prevista no § 4º será limitada ao valor dos preços eventualmente revisados pelo órgão ou entidade gerenciadora.

22.7. O novo registro de preços não poderá vigorar por prazo superior ao remanescente de vigência da ata de registro de preços anterior, inclusive eventual prazo de prorrogação previsto originalmente na ata de registro de preços.

22.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão ou entidade gerenciadora, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I - Por razão de interesse público;
- II - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III - Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 329 e no § 4º do art. 330.

23. DA NÃO DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS - IRP

23.1. Trata-se de justificativa para a não divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, prevista no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços, destinado à aquisição de mobiliário e vasos de plantas ornamentais, para atendimento das necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Acre – ALEAC.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

23.2. A Administração optou pela não divulgação da IRP em razão de que a demanda objeto do certame decorre de necessidade específica e interna desta Casa Legislativa, vinculada às suas atividades administrativas.

23.3. Ressalta-se que a divulgação da IRP constitui faculdade da Administração, e não obrigação, cabendo ao órgão gerenciador avaliar a conveniência e a oportunidade de sua realização, conforme dispõe o § 1º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quando a contratação atende a uma demanda pontual, com características próprias, especificações previamente definidas e quantitativos estimados com base no consumo histórico e na capacidade orçamentária do órgão.

23.4. Ademais, a não divulgação da IRP não compromete a competitividade do certame, tampouco a observância dos princípios da legalidade, isonomia, publicidade, eficiência e economicidade, uma vez que o procedimento licitatório será regularmente processado na modalidade Pregão Eletrônico, com ampla divulgação do edital nos meios oficiais, assegurando a participação de quaisquer interessados que atendam às condições estabelecidas.

23.5. Diante do exposto, resta tecnicamente justificada a opção administrativa pela não divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, sem prejuízo da legalidade, transparência e regularidade do procedimento licitatório.

24. DO PRAZO DE ASSINATURA E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

24.1. Após a homologação, o adjudicatário será convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação.

24.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura, conforme estabelece o **capítulo V “duração dos contratos” da Lei nº 14.133/2021.**

25. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

25.1. Efetuar a entrega dos bens, de acordo com as especificações do edital, dentro do prazo estipulado neste Termo;

25.2. Providenciar a substituição dos bens que apresentarem defeito estando em garantia, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação vigente;

25.3. Efetuar a substituição de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;

25.4. Não transferir, ceder, subcontratar ou delegar a terceiros, total ou parcialmente, em nenhuma hipótese, as responsabilidades assumidas, respondendo a CONTRATADA integralmente pela execução do objeto;

25.5. Ressalvadas as hipóteses do caso fortuito ou força maior, a **CONTRATADA** responderá pela cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos diretamente pela **CONTRATANTE** ou causados a terceiros, por ato ou fato, comissivo ou omissivo, da **CONTRATADA** ou de seus prepostos;

25.6. Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos na cláusula anterior, a **CONTRATANTE** poderá abatê-los das faturas relativas aos serviços prestados pela **CONTRATADA**, ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis;

25.7. Fornecer os produtos de acordo com as Especificações Técnicas, nas condições estipuladas conforme a ordem de entrega e nota de empenho;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

25.8. Entregar os produtos no prazo estipulado, no local designado neste Termo, acompanhado da respectiva Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica a Ordem de entrega, endereço fabricante fornecedor com o telefone do serviço de atendimento ao consumidor;

25.9. Substituir, as suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis, após notificação formal, os bens entregues que estejam em desacordo com as Especificações Técnicas e seus Anexos com respectiva proposta, ou não aprovados pela CONTRATANTE, em parecer devidamente fundamentado, ou ainda que apresentem defeito de fabricação;

25.10. No valor global da proposta apresentada deverão estar incluídos todos os IMPOSTOS, FRETES, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS, pertinentes a entrega dos materiais. Caso haja necessidade de troca do(s) produto(s), as despesas também ficam a cargo do fornecedor;

25.11. O Contratado garante que todos os bens são novos, nunca utilizados, de modelos mais recentes ou atuais, e que incorporam todas as recentes melhorias em projetos e materiais, salvo disposição em contrário no Contrato;

25.12. O Contratado garante ainda que as mercadorias sejam isentas de defeitos decorrentes de qualquer ato ou omissão ou decorrente de projeto, materiais ou mão-de-obra, que possam surgir sobre o uso normal dos bens fornecidos, nas condições existentes no país de destino final;

25.13. O Contratante notificará prontamente ao Contratado, por escrito, quaisquer reclamações surgidas no período de garantia;

25.14. Ao receber tal notificação, o Contratado deverá substituir com presteza, no todo ou em parte, os Bens defeituosos, sem ônus para o Contratante.

25.15. Correrão por conta do Contratado as despesas de transporte dos bens, consertados ou substituídos, quando for o caso, no período estipulado pela Contratante;

25.16. No caso em que o Contratado, tendo sido notificado, deixar de reparar os defeitos dentro de um período de dias determinados pela Contratante, contados da notificação, o Contratante poderá tomar as providências que julgar necessárias para reparar os Bens, sob risco e despesas exclusivos do Contratado, sem prejuízo de outros direitos do Contratante, nos termos do Contrato;

25.17. Entregar os produtos de acordo com as recomendações dos fabricantes e em obediência às normas técnicas e regulamentares expedidas pelos órgãos competentes, bem como às normas da ABNT atinentes ao assunto.

25.18. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

25.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/, de 1990).

26. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

26.1. A Contratante deverá, a seu critério, e através de funcionário previamente designado, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do fornecimento do objeto contratado e do comportamento do pessoal da Contratada, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados, gestor e cogestores do contrato;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

- 26.2.** Emitir Ordem de Entrega dos produtos/serviços, quando necessário;
- 26.3.** A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 26.4.** Acompanhar a entrega dos produtos e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;
- 26.5.** Fornece as instruções necessárias ao modo de instalação, entrega dos produtos;
- 26.6.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- 26.7.** Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da contratada;
- 26.8.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 26.9.** Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa;
- 26.10.** Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos.

27. DA GARANTIA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 27.1.** Não será exigida a prestação de garantia na contratação.

28. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 28.1.** A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte;

29. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 29.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual n. 11.363/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 29.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 29.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 29.4.** O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 29.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

30. GESTOR DO CONTRATO

- 30.1.** São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

Decreto Estadual n. 11.363/2023:

- I - Solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário;
- II - Emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual;
- III - Indicar os fiscais de contrato e seus substitutos;
- IV - Dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização;
- V - Quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;
- VI - Acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato;
- VII - Analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;
- VIII - Observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração Pública e planejamento orçamentário-financeiro;
- IX - Decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública;
- X - Quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;
- XI - Analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;
- XII - Tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;
- XIII - Exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência;
- XIV - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;
- XV - Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato;
- XVI - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

XVII - Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública;

XVIII - Receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

31. FISCAL DO CONTRATO

31.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Decreto Estadual n. 11.363./2023:

I- Prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências, esclarecendo prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

II - Juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

IV - Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

V - Informar ao gestor de contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

VI - Comunicar imediatamente ao gestor de contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;

VII - Adotar as medidas preventivas de controle do contrato, inclusive se manifestar a respeito da suspensão da entrega de bens, realização de serviços ou execução de obras;

VIII - Realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

IX - Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;

X - Determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

XI - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

XII - Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

XIII - Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

XIV - Emitir manifestação técnica nos pedidos de alterações contratuais;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

XV - Verificar a correta aplicação dos materiais;

XVI - Requerer das contratadas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XVII - Realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XVIII - Propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades.

32. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

32.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei 14.133/2021.

32.2. A Contratada é obrigada, a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125, caput, da Lei 14.133/2021.

33. DO REAJUSTE DE PREÇOS

33.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data-base vinculada à data do orçamento;

33.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da empresa contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

33.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

33.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

33.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

33.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

33.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

33.8. O reajuste será realizado por Termo Aditivo.

34. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

34.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

- I** - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II** - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III** - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV** - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V** - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI** - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

32.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I** - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;
- II** - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III** - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV** - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V** - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

34.3. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 19.2 deste Instrumento observarão as seguintes disposições:

- I** - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- II** - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

34.4. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

34.5. A extinção do contrato poderá ser:

- I** - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II** - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

34.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

34.7. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

34.8. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

34.9. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do item acima ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

34.10. Na hipótese do inciso II do item 29.8, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da Mesa Diretora da ALEAC.

35.SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

35.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

35.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV) Multa:

a) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

35.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

35.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

35.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021)

35.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

35.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

35.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

35.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

d) os danos que dela provierem para a Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

35.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

35.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

35.12. Caso haja sanções administrativas específicas relativas ao objeto pretendido, o setor demandante deverá descrevê-las nos itens abaixo, em observância ao art. 94, inciso XXVI, do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

36. DOS CASOS OMISSOS

36.1. A execução do Contrato, bem como os casos omissos serão regulados pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e das disposições do Direito Privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133, de 2021.

37. DA PUBLICAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

37.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, e em cumprimento da Resolução TCE/AC n. 129/2024 – LICON, contados da data de sua assinatura.

- 20 (vinte) dias úteis.

38. DO FORO

38.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

39. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

39.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Subsecretaria de Patrimônio e Serviços da ALEAC, em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 11.363/2023, em estreita consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração.

40. ENCAMINHAMENTO

40.1. Diante do exposto, submete-se o presente Termo de Referência à Secretaria Executiva para aprovação.

À superior consideração, com vistas à aprovação.

Rio Branco - Acre, 11 de fevereiro de 2026.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

Elaborado por:

Robson Marreiros
Subsecretário de Patrimônio e Serviços

Aprovado por:

Solônidas Nascimento Maia
Secretário Executivo Adjunto Administrativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. ____/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. 009/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 719/2025.

Aos ____ dias do mês de _____ de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Legislativa do Estado do Acre, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.039.657/0001-13, situada nesta cidade, na Rua Arlindo Porto Leal, n. 241, Centro, neste ato representada por sua **MESA DIRETORA**, composta pelo **Deputado**, **Presidente**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n., expedida pela SSP/AM, inscrito no CPF/MF sob o n.; **Deputado**, **Primeiro Secretário**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n., expedida pela SSP/AC, inscrito no CPF/MF sob o n.; e **Deputado.....**, **Segundo Secretário**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n., expedida pela SSP/AC, inscrito no CPF/MF sob o n., residentes e domiciliados nesta cidade, doravante denominada **ORGÃO GERENCIADOR**, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, nos termos das normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Federal n. 11.462/2023, no Decreto Estadual n. 11.363/2023, Decreto Estadual n. 5.965/2010 e demais normas aplicáveis, em conformidade com as disposições a seguir

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Contratação de empresa para aquisição de mobiliários e vasos para plantas ornamentais, para atender as demandas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, especificado(s) no Termo de Referência, anexo I do edital Pregão Eletrônico SRP nº 009/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, constam no encarte da Ata – Anexo II-A.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FORNECEDORES REGISTRADOS

a) Fornecedor -.....: inscrita no CNPJ/MF sob o n., com sede na.....n., Bairro, CEP....., na cidade de Rio Branco-Acre, telefone: (68),representada pelo(a) senhor(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n., expedida pela SSP/____, inscrito(a)no CPF/MF sob o n. residente e domiciliado(a) em .
.....

b) Fornecedor -.....: inscrita no CNPJ/MF sob o n., com sede na.....n., Bairro, CEP....., na cidade de Rio Branco-Acre, telefone: (68),representada pelo(a) senhor(a)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n., expedida pela SSP/____, inscrito(a) no CPF/MF sob o n. residente e domiciliado(a) em .

c) Fornecedor -.....: inscrita no CNPJ/MF sob o n., com sede na.....n., Bairro, CEP....., na cidade de Rio Branco-Acre, telefone: (68), representada pelo(a) senhor(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n., expedida pela SSP/____, inscrito(a) no CPF/MF sob o n. residente e domiciliado(a) em .

d) Fornecedor -.....: inscrita no CNPJ/MF sob o n., com sede na.....n., Bairro, CEP....., na cidade de Rio Branco-Acre, telefone: (68), representada pelo(a) senhor(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n., expedida pela SSP/____, inscrito(a) no CPF/MF sob o n. residente e domiciliado(a) em .

e) Fornecedor -.....: inscrita no CNPJ/MF sob o n., com sede na.....n., Bairro, CEP....., na cidade de Rio Branco-Acre, telefone: (68), representada pelo(a) senhor(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n., expedida pela SSP/____, inscrito(a) no CPF/MF sob o n. residente e domiciliado(a) em .

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA

4.1 A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Ordem de Entrega, a ser emitida pela Subsecretaria de Patrimônio, Material e Serviços, podendo a referida ordem ser encaminhada, inclusive, por meio eletrônico.

4.2. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por igual período, excepcionalmente, mediante solicitação formal e devidamente justificada da contratada, apresentada antes do término do prazo originalmente estabelecido, desde que o motivo decorra de fato superveniente, alheio à sua vontade, e que não haja prejuízo ao interesse público.

4.3. A prorrogação dependerá de análise e autorização expressa da Administração, com fundamento nos arts. 107 e 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e interesse público.

4.4. A concessão de prorrogação não implicará alteração das demais cláusulas e condições contratuais, nem afastará a aplicação de penalidades, caso reste caracterizada a responsabilidade da contratada pelo atraso, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. Na Coordenadoria de Patrimônio e Material da Assembleia Legislativa, localizada na Rua Arlindo Porto Leal, 241, CEP 69.900-040 – Centro, em Rio Branco – Acre.

5.1.2. Os itens 01, 02 e 03 deverão ser montados, revisados e instalados na Sede da Assembleia Legislativa, no auditório e plenário, sem custos adicionais a contratante.

5.1.3. Para os itens 04, 05, 06 e 07 deverão ser entregues montados e revisados.

5.1.4. Os critérios de layout e distribuição serão especificados com base na:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- a) Ergonomia e conforto:** Disposição das poltronas deve garantir conforto aos usuários, respeitando espaçamento mínimo entre fileiras (mínimo de 90 cm) e entre assentos (mínimo de 55 cm);
- b) Visibilidade:** Instalação deve assegurar que todos os assentos tenham visibilidade adequada do palco, tribuna ou painel eletrônico, considerando inclinação de piso e altura de encostos;
- c) Circulação e rotas de fuga:** Deve ser garantida circulação livre e segura, respeitando as normas do Corpo de Bombeiros e ABNT NBR 9077 sobre saídas de emergência;
- d) Setorização:** Definição de áreas específicas para convidados, autoridades, servidores, imprensa e público geral, conforme uso de cada espaço;
- e) Critérios Técnicos e Construtivos:** As poltronas devem ser fixadas ao piso com buchas e parafusos adequados, em conformidade com a estrutura do contrapiso.
- f) Nível e alinhamento:** Instalação deve garantir nivelamento perfeito das fileiras e alinhamento horizontal e vertical das poltronas;
- g) Integração com piso e ambiente:** A instalação deve respeitar as características do piso existente com uso de materiais de fixação compatíveis;
- h) Espaços reservados:** Deve haver poltronas removíveis ou áreas livres reservadas para cadeirantes, conforme ABNT NBR 9050 - Acessibilidade;
- i) Assentos preferenciais:** Poltronas de fácil acesso devem ser reservadas a pessoas com mobilidade reduzida e idosos;
- j) Percurso acessível:** A instalação deve respeitar percursos livres de barreiras para acesso às poltronas por pessoas com deficiência.

5.1.5. Para os itens referente aos vasos de plantas ornamentais, deverão ser entregues devidamente embalados para garantir a integridade física dos recipientes e a preservação durante o transporte e manuseio. A embalagem deve proteger contra impactos, tombamentos, abrasões e intempéries.

5.1.6. A contratada será responsável pela remoção e destinação adequada de todas as embalagens utilizadas na entrega dos vasos, não sendo permitido o descarte nas dependências da Assembleia Legislativa

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Os produtos deverão ser entregues obrigatoriamente conforme especificações deste termo, em cumprimento a qualidade mínima exigida no edital, ou superior, com custos exclusivos pela contratada, acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente e dos documentos de regularidade fiscal estabelecidos no Edital.

6.2. A empresa deverá obrigatoriamente entregar a totalidade do produto requisitado, conforme a ordem de entrega, não sendo permitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis;

6.3. Os produtos deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas.

6.4. Os produtos serão recebidos nas seguintes condições:

a) Provisoriamente, a fim de verificar o atendimento às especificações e quantidades. Caso as especificações ou quantidades não estejam com as exigências mencionadas neste termo de referência, a contratada deverá substituir ou complementar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

b) Definitivamente, no prazo de 05 (cinco) úteis, após vistoria que comprove a adequação das especificações e quantidades aos termos do Edital.

6.5. Será de responsabilidade da Contratada, arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto deste Termo, incluindo o pagamento de impostos, taxas, emolumentos, e quaisquer outros tributos e/ou despesas existentes.

6.6. Os atrasos na entrega e outros descumprimentos de prazos poderão ser considerados inexecução contratual, podendo acarretar na aplicação das sanções previstas neste Termo, no Edital e seus anexos, sem prejuízo das cominações legais previstas.

6.7. No caso de ser considerada insatisfatória as condições do produto recebido provisoriamente, ou ainda com vícios e defeitos, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser recolhido e substituído, as suas expensas, no prazo de até 02 (dois) dias.

6.8. O fornecedor terá prazo de substituição do produto, a partir da comunicação oficial feita pela Contratante.

6.9. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a Contratada à aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório.

6.10. O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético para a perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DA GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA DOS PRODUTOS

7.1. A empresa deverá ofertar a garantia para os itens 01, 02, 03, 05, 06 e 07 não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo.

7.2. Para os itens 04 e 05 a garantia não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo.

7.3. A garantia deverá cobrir defeitos de fabricação englobando vícios ocultos e falhas funcionais de peças, revestimentos e serviços.

7.4. Os serviços de garantia e assistência técnica deverão ser na modalidade on-site, ou seja, prestados na unidade administrativa onde estiver o bem, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

7.5. Durante a vigência da garantia poderão ser abertos chamados sem limite de quantidade.

7.6. Os chamados técnicos deverão ser atendidos no prazo máximo de 1 (um) dia útil após a abertura.

7.7. Todos os reparos e substituições de peças necessárias deverão ser realizados no próprio local de instalação do equipamento (on-site).

7.8. Em casos onde o defeito do equipamento não puder ser corrigido no local de instalação não haverá custo adicional para o CONTRATANTE com transporte e demais serviços, ainda que se faça necessária a substituição do equipamento.

7.9. Após detectado, o problema do equipamento defeituoso deverá ser sanado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a abertura do chamado técnico.

7.10. Durante o período de garantia e na execução dos serviços, somente poderão ser utilizadas peças e componentes novos e originais do fabricante.

7.11. A garantia deve incluir, no mínimo:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- a) Substituição de peças com defeito (rodízios, pistões, tampos, fechaduras, corredeiras, etc.);
- b) Reparos em estruturas metálicas ou de madeira;
- c) Correção de instabilidades, empenamentos, descascamentos e falhas no acabamento;
- d) Ajustes funcionais (altura, regulagem, travamento, etc.);
- e) Mão de obra e deslocamento técnico.

7.11. Sempre que realizado o Suporte de garantia técnica, deverão ser apresentados relatórios com informações sobre os serviços executados, sobre anormalidades e falhas eventualmente observadas no equipamento;

7.12. Se a contratada, eventualmente, já estiver em atraso na execução da entrega, conforme subitem 13.1 do TR, será computado para fins de apuração de eventual aplicação de multa moratória, a partir do vencimento dos referidos prazos estipulados.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da contratação almejada serão suportadas pelo Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Acre:

Programa de Trabalho – 101.001.01031229022430000

Elemento de Despesa – 44.90.52.00.00

Fonte de Recursos – 15000100 - RP

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento definitivo, através da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, a qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

9.2. O pagamento referente ao fornecimento do objeto será realizado conforme a demanda de ordens de entrega emitida pelo setor responsável;

9.3. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, por Ordem Bancária, no observando o disposto no Capítulo X da Lei 14.133/2021, mediante a comprovação das manutenções das mesmas condições iniciais de habilitação, cumpridos os seguintes requisitos:

9.4. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

9.5. A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido no contrato ou com qualquer circunstância que desaconselha o pagamento será devolvida à CONTRATADA com a interrupção do prazo previsto para pagamento, sendo a nova contagem do prazo iniciada a partir da respectiva regularização.

9.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP,$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365I = 0,06/365I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

9.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Rua Arlindo Porto Leal n. 241, Centro, CEP n. 69.909-040, Rio Branco - AC, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

9.8. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

9.9. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

9.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o

98



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9.17. De conformidade com o Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que normatizou o SIAFIC, estabelecendo que todos os Poderes devem utilizar o Sistema Único de Execução Orçamentaria, Administração Financeira e Controle, o licitante/contratado. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ/AC, que poderá ser feito por meio do endereço eletrônico: <http://sefaz.acre.gov.br>.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1. Efetuar a entrega dos bens, de acordo com as especificações do edital, dentro do prazo estipulado neste Termo;

10.2. Providenciar a substituição dos bens que apresentarem defeito estando em garantia, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação vigente;

10.3. Efetuar a substituição de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para o Gestor da Ata de Registro de Preços;

10.4. Não transferir a outro, as responsabilidades assumidas, sem prévia anuência do Gestor da Ata de Registro de Preços;

10.5. O Fornecedor ficará obrigada a trocar no prazo de 5 (cinco) dias corridos, o bem que vier a ser recusado, sem nenhum custo adicional para o Gestor da Ata de Registro de Preços;

10.6. Ressalvadas as hipóteses do caso fortuito ou força maior, o Fornecedor responderá pela cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos diretamente pelo Gerenciador da Ata de Registro de Preços ou causados a terceiros, por ato ou fato, comissivo ou omissivo, do Fornecedor ou de seus prepostos;

10.7. Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos na cláusula anterior, o Gerenciador da Ata de Registro de Preços poderá abatê-los das faturas relativas aos serviços prestados pelo Fornecedor, ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis;

10.8. Fornecer os produtos de acordo com as Especificações Técnicas, nas condições estipuladas conforme a ordem de entrega e nota de empenho;

10.9. Entregar os produtos no prazo estipulado, no local designado neste Termo, acompanhado da respectiva Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

idêntica a Ordem de entrega, endereço fabricante fornecedor com o telefone do serviço de atendimento ao consumidor;

10.10. Substituir, as suas expensas, no prazo de 3 (três) dias úteis, improrrogáveis, após notificação formal, os bens entregues que estejam em desacordo com as Especificações Técnicas e seus Anexos com respectiva proposta, ou não aprovados pelo Gerenciador da Ata de Registro de Preços, em parecer devidamente fundamentado, ou ainda que apresentem defeito de fabricação;

10.11. No valor global da proposta apresentada deverão estar incluídos todos os IMPOSTOS, FRETES, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS, pertinentes a entrega dos materiais. Caso haja necessidade de troca do(s) produto(s), as despesas também ficam a cargo do fornecedor;

10.12. O Fornecedor garante que todos os bens são novos, nunca utilizados, de modelos mais recentes ou atuais, e que incorporam todas as recentes melhorias em projetos e materiais, salvo disposição em contrário no Contrato;

10.13. O Fornecedor garante ainda que as mercadorias sejam isentas de defeitos decorrentes de qualquer ato ou omissão ou decorrente de projeto, materiais ou mão-de-obra, que possam surgir sobre o uso normal dos bens fornecidos, nas condições existentes no país de destino final;

10.14. O Gerenciador da Ata de Registro de Preços notificará prontamente ao Fornecedor, por escrito, quaisquer reclamações surgidas no período de garantia;

10.15. Ao receber tal notificação, o Fornecedor deverá substituir com presteza, no todo ou em parte, os Bens defeituosos, sem ônus para o Gerenciador da Ata de Registro de Preços. Correrão por conta do Fornecedor as despesas de transporte dos Bens, consertados ou substituídos, quando for o caso, no período estipulado pelo Gerenciador da Ata de Registro de Preços;

10.16. No caso em que o Fornecedor, tendo sido notificado, deixar de reparar os defeitos dentro de um período de dias determinados pelo Gerenciador da Ata de Registro de Preços, contados da notificação, o Gerenciador poderá tomar as providências que julgar necessárias para reparar os Bens, sob risco e despesas exclusivos do Fornecedor, sem prejuízo de outros direitos do Contratante, nos termos da Ata de Registro de Preços;

10.17. Entregar os produtos de acordo com as recomendações dos fabricantes e em obediência às normas técnicas e regulamentares expedidas pelos órgãos competentes, bem como às normas da ABNT atinentes ao assunto.

10.18. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/, de 1990).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA DA ATA

11.1. A Gerenciadora da Ata deverá, a seu critério, e através de servidor previamente designado, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do fornecimento do objeto fornecido e do comportamento do pessoal do Fornecedor, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados, gestor e cogestores da Ata de Registro de Preços;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- 11.2.** Emitir Ordem de Entrega dos produtos/serviços, quando necessário;
- 11.3.** O Gerenciador da Ata não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor e de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 11.4.** Acompanhar a entrega dos produtos e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade do Fornecedor, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;
- 11.5.** Fornece as instruções necessárias ao modo de instalação, entrega dos produtos;
- 11.6.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- 11.7.** Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade do Fornecedor;
- 11.8.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Fornecedor, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 11.9.** Aplicar ao Fornecedor as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa;
- 11.10.** Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS- ARP

- 12.1.** A ARP será assinada no prazo de até 05 (cinco) dias após a homologação e adjudicação do objeto, ficando desobrigados os licitantes vencedores a procederem sua assinatura após esse prazo e, na hipótese de, dentro do prazo, a Administração convocar os vencedores e estes se recusarem, incidirão as penalidades pertinentes.
- 12.2.** A Ata decorrente da presente licitação terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 12.3.** **No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.**
- 12.4.** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 12.5.** A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.
- 12.6.** A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.7.** A ALEAC é o órgão gerenciador da ARP, competindo-lhe as competências discriminadas nos art. 305 a 307 do Decreto Estadual nº 11.363/2021.
- 12.8.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, de acordo com o parágrafo único do art. 84 da Lei 14.133/2021.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ARP POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTES

13.1. A ata de registro de preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 do Decreto Estadual n. 11.363/2023 e as demais condições previstas neste instrumento.

13.2. O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, e indicará as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

13.4. A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preços.

13.5. Cada órgão ou entidade da Administração Pública estadual poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual for integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observando-se os requisitos previstos neste artigo.

13.6. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

13.7. Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual poderão aderir, na qualidade de não participantes, a atas de registro de preços gerenciadas pela Administração Pública direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, inclusive do Estado do Acre, e do Distrito Federal ou a atas de registro de preços gerenciadas por consórcios públicos formados por esses entes, condicionada à:

I - Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista neste Decreto;

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor;

IV - Previsão no respectivo edital ou na ata de registro de preços de quantitativo reservado à adesão por órgãos e entidades não participantes.

13.8. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o art. 335 do Dec. Estadual 11.363/2023:

I - as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e

II - a soma de todas as adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

13.9. Exaurido o saldo destinado aos órgãos e entidades participantes, poderá ser solicitada ao órgão ou entidade gerenciadora a utilização do quantitativo passível de adesão, desde que haja concordância da detentora.

13.10. A utilização de saldo destinado à adesão somente poderá ocorrer após exaurido todo o saldo de órgãos e entidades participantes, considerando-se os quantitativos de itens ou lotes espelhados, salvo quando, justificadamente, houver necessidade de manutenção da uniformidade contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA E CADASTRO RESERVA

14.1. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

I - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do caput do art. 15;

II - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e

III - será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.2. O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

14.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do inciso II do caput antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido inciso.

14.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o inciso II do caput e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II - Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29.

14.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, nos termos do art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

15.2. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

16.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência das situações prevista na Lei 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023;

16.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

16.3. Na hipótese de o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

16.4. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados no mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

16.5. Na hipótese prevista acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observando-se o disposto no § 3º do art. 331 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

16.6. O órgão gerenciador não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 332 do Dec. 11.363/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

16.7. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observando-se o disposto no art. 35 do Dec. 11.363/2023;

16.8. Conforme o art. 330 do Decreto Estadual nº 11.363/2021, na hipótese de o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite o cumprimento do compromisso.

16.9. Para fins do disposto no item acima, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

16.10. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 331, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

16.11. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no § 2º do art. 329 do Decreto Estadual 11.363/2023, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observando-se o disposto no § 3º do art. 321.

16.12. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 332 do Dec. 11.363/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

16.13. Na hipótese de comprovação do disposto acima, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

16.14. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observando-se o disposto no art. 340 do Dec. 11.363/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

17.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando o fornecedor:

- I - Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública sem justificativa razoável;
- III - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 330; ou
- IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e
- V - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

17.2. Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata de registro de preços enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

17.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

17.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observando-se a ordem de classificação.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

17.5. Na hipótese de não haver cadastro de reserva ou não haver aceitação dos cadastrados, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova ata de registro de preços, observando-se os §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.6. A negociação prevista no § 4º será limitada ao valor dos preços eventualmente revisados pelo órgão ou entidade gerenciadora.

17.7. O novo registro de preços não poderá vigorar por prazo superior ao remanescente de vigência da ata de registro de preços anterior, inclusive eventual prazo de prorrogação previsto originalmente na ata de registro de preços.

17.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão ou entidade gerenciadora, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - Por razão de interesse público;

II - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 329 e no § 4º do art. 330.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV) Multa:

a) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

18.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

18.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

18.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021)

18.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

18.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

18.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18.12. Caso haja sanções administrativas específicas relativas ao objeto pretendido, o setor demandante deverá descrevê-las nos itens abaixo, em observância ao art. 94, inciso XXVI, do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

19.1. A execução Da Ata de Registro, bem como os casos omissos serão regulados pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e das disposições do Direito Privado, na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao Gerenciador da Ata de Registro de Preços divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, e em cumprimento da Resolução TCE/AC n. 129/2024 – LICON, contados da data de sua assinatura.

- 20 (vinte) dias úteis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 009/2025, anexos e propostas da empresa classificada em 1º lugar na referida licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1. As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro de Rio Branco- Estado do Acre, com renúncia de qualquer outro.

24.2. E por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, representando a Assembleia Legislativa, os Membros da Mesa Diretora, e o fornecedor registrado, seu Representante Legal,

Rio Branco-Ac,de.....de 2026.

Pela Assembleia Legislativa do Estado do Acre:

Deputado

Presidente

Deputado

1º Secretário

Deputado

2º Secretário

Pelo Fornecedor:

.....

CNPJ/MF/MF nº.

Testemunhas:

1.

RG n

2.

RG n



Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 Centro - CEP
69909-040 - fone (68) 3213 4000
e-mail: cplaleac@hotmail.com



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

CPF/MF n.....

CPF/MF n.....



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II-A
ENCARTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°/2026
PROCESSO N°./2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 009/2025

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT. CONSUMO (A)	QUANT. REGISTRO (B)	V. UNIT. (C)	V. TOTAL (D) = (B) X (C)
01	<p>Poltrona para auditório.</p> <p>ASSENTO: assento de rebatimento automático silencioso, acionamento por gravidade e buchas de poliacetal auto-lubrificantes.</p> <p>Estrutura interna do assento confeccionada em madeira de lei maciça termo estabilizada com raio de curvatura na parte frontal de 450mm, com sistema de molas tipo nozag.</p> <p>BLINDAGEM DO ASSENTO: em madeira compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola a base de resina e moldadas a quente. Fixada a estrutura através de parafusos não aparentes para evitar a flexão do material e consequente geração de ruídos medindo 415 x 420 x 13 mm. Acabamento em verniz de poliuretano acetinado, possuindo ainda micro perfurações em pelo menos 10% de sua área para melhor absorção acústica.</p>		Unidad e	45	90		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>ENCOSTO: Fixo, regulável em três níveis ergonômicos com inclinação de 18°, 22° e 26°, estrutura interna em madeira moldada anatomicamente, de espessura total de 14 mm, compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola a base de resina e moldadas a quente. Fixado a estrutura através de buchas metálicas e chapas de aço de 2,50 mm de espessura, estampadas e pintadas pelo sistema epóxi pó.</p> <p>BLINDAGEM DO ENCOSTO: Blindagem em compensado multilaminado, 15 mm de espessura, possuindo em ambas as faces lâmina de madeira natural de 0,7 mm, acabamento em verniz de poliuretano acetinado.</p> <p>ESPUMAS E REVESTIMENTO: Assento com espuma injetada de poliuretano anti-chamas com densidade de 55 kg/m³, moldada anatomicamente com espessura de 90 mm no centro do assento. Encosto com espuma injetada de poliuretano, anti-chamas, com formato anatômico, densidade de 50 kg/m³, possuindo largura de 450 mm na parte superior e 470 mm na região lombar, altura de 540 mm e espessuras de 60 mm na parte superior, 50 mm no</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

<p>centro e 90 mm na região lombar. Revestimento em couro sintético na cor cinza.</p> <p>ESTRUTURA: Estrutura metálica confeccionada em aço 1010/1020, com 2,65 mm de espessura e estruturada por dobras e soldada pelo sistema MIG. Coluna longitudinal em aço tubular 1010/1020, dimensões 25 x 70mm e espessura 1,50mm, com tratamento de superfície com fosfatização de zinco e pintura à pó eletrostático, protegida com acabamento na borda frontal com coluna de madeira de lei maciça, acabamento em verniz de poliuretano acetinado natural e possuindo as seguintes dimensões: altura 555mm, borda superior 185mm, inferior 65mm e espessura 28mm.</p> <p>APÓIA-BRAÇOS: Confeccionados em madeira de lei maciça de primeira qualidade, umidade máxima de 12%, fixados na estrutura com cavilhas de madeira e cola especial, dimensões 410 x 70 x 35 mm. Acabamento nos mesmos padrões utilizados nas bordas de proteção da estrutura.</p> <p>PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL: Prancheta escamoteável, possuindo dois movimentos distintos de</p>						
---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

<p>tal forma que, quando não estiver sendo utilizada, permaneça totalmente embutida entre a estrutura e o assento. Confeccionada em MDF 18mm de espessura, acabamento das bordas em perfil de PVC e nas faces superior e inferior, com melamínico de alta pressão texturizado preto.</p> <p>SAPATAS DE APOIO AO PISO: Confeccionadas em chapas de aço 1010/1020, retangular chata, soldadas à estrutura pelo sistema MIG, componentes metálicos com tratamento de superfície por fosfatização de zinco e pintura a pó eletrostática.</p> <p>DIMENSÕES: Entre eixos: 550 mm, Altura do chão ao topo do encosto: 890 mm. Profundidade da poltrona aberta: 690 mm</p> <p>ACESSÓRIOS: Identificação alfa-numérica para filas e corredores.</p> <p>Compatível e similar com a marca Asta Mobili.</p> <p>Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação, contado a partir do recebimento definitivo.</p> <p>O produto deverá ser entregue montado, revisado e instalado.</p>						
--	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

02	<p>Poltrona para auditório (P.M.R.)</p> <p>ASSENTO: Assento de rebatimento automático silencioso, acionamento por gravidade e buchas de poliacetal auto-lubrificantes. Estrutura interna do assento confeccionada em madeira de lei maciça termo-estabilizada com raio de curvatura na parte frontal de 450mm, com sistema de molas tipo nozag.</p> <p>BLINDAGEM DO ASSENTO: Em madeira compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola a base de resina e moldadas a quente. Fixada a estrutura através de parafusos não aparentes para evitar a flexão do material e consequente geração de ruídos medindo 415 x 420 x 13 mm. Acabamento em verniz de poliuretano acetinado, possuindo ainda micro perfurações em pelo menos 10% de sua área para melhor absorção acústica.</p> <p>ENCOSTO: Fixo, regulável em três níveis ergonômicos com inclinação de 18°, 22° e 26°, estrutura interna em madeira moldada anatomicamente, de espessura total de 14 mm, compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola a base de resina e moldadas a quente. Fixado a estrutura através de</p>		Unidade	45	90		
			e				



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

<p>buchas metálicas e chapas de aço de 2,50 mm de espessura, estampadas e pintadas pelo sistema epóxi pó.</p> <p>BLINDAGEM DO ENCOSTO: Blindagem em compensado multilaminado, 15 mm de espessura, possuindo em ambas as faces lâmina de madeira natural de 0,7 mm, acabamento em verniz de poliuretano acetinado.</p> <p>ESPUMAS E REVESTIMENTO: Assento com espuma injetada de poliuretano anti-chamas com densidade de 55 kg/m³, moldada anatomicamente com espessura de 90 mm no centro do assento. Encosto com espuma injetada de poliuretano, anti-chamas, com formato anatômico, densidade de 50 kg/m³, possuindo largura de 450 mm na parte superior e 470 mm na região lombar, altura de 540 mm e espessuras de 60 mm na parte superior, 50 mm no centro e 90 mm na região lombar. Revestimento em couro sintético na cor cinza.</p> <p>ESTRUTURA LATERAL: Metálica e Madeira. A metálica deverá ser confeccionada em aço 1010/1020, estruturada por dobras e soldada pelo sistema MIG. Coluna longitudinal em aço tubular 1010/1020,</p>						
---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>dimensões 25 x 70 mm e espessura 1,50 mm, com tratamento de superfície com fosfatização de zinco e pintura a pó eletrostática. A de madeira confeccionada com coluna em madeira maciça medindo altura de aproximadamente 440mm, de tal forma que mesma não ultrapasse a altura do assento, borda superior 185mm, borda inferior 65mm e espessura de 28mm, acabamento em verniz de poliuretano acetinado.</p> <p>APÓIA-BRAÇOS: Basculante com movimento de rotação posicionando-se paralelo ao encosto, permitindo que uma pessoa possa acessar a poltrona pela lateral da mesma.</p> <p>Confeccionados em madeira de lei maciça de primeira qualidade, umidade máxima de 12%, fixados a uma estrutura metálica, através de parafusos. Dimensões 410 x 70 x 35 mm. Acabamento nos mesmos padrões utilizados nas bordas de proteção da estrutura.</p> <p>PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL: Prancheta escamoteável, possuindo dois movimentos distintos de tal forma que, quando não estiver sendo utilizada, permaneça totalmente embutida entre a estrutura e o assento. Confeccionada</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>em MDF 18mm de espessura, acabamento das bordas em perfil de PVC e nas faces superior e inferior, com melamínico de alta pressão texturizado preto.</p> <p>SAPATAS DE APOIO AO PISO: Confeccionadas em chapas de aço 1010/1020, retangular chata, soldadas à estrutura pelo sistema MIG, os componentes metálicos devem receber tratamento de superfície por fosfatização de zinco e pintura a pó eletrostática.</p> <p>DIMENSÕES: Entre-eixos: 550 mm Altura do chão ao topo do encosto: 890 mm Profundidade da poltrona aberta: 690 mm</p> <p>ACESSÓRIOS: Identificação alfa-numérica para filas e corredores.</p> <p>Compatível e similar com a marca Asta Mobili.</p> <p>Garantia de 5 anos, contra defeitos de fabricação, contado a partir do recebimento definitivo.</p> <p>O produto deverá ser entregue montado, revisado e instalado.</p>						
03	<p>Poltrona para auditório (P.O.) ASSENTO: Assento de rebatimento automático silencioso,</p>		Unidad e	02	04		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>acionamento por gravidade e buchas de poliacetal auto-lubrificantes. Estrutura interna do assento confeccionada em madeira de lei maciça termo-estabilizada com raio de curvatura na parte frontal de 450mm, com sistema de molas tipo nozag.</p> <p>BLINDAGEM DO ASSENTO: Em madeira compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola a base de resina e moldadas a quente. Fixada a estrutura através de parafusos não aparentes para evitar a flexão do material e consequente geração de ruídos medindo 830 x 420 x 13 mm. Acabamento em verniz de poliuretano acetinado, possuindo ainda micro perfurações em pelo menos 10% de sua área para melhor absorção acústica.</p> <p>ENCOSTO: Fixo, regulável em três níveis ergonômicos com inclinação de 18°, 22° e 26°, estrutura interna em madeira moldada anatomicamente, de espessura total de 14 mm, compensada a partir de lâminas de madeira de alta dureza, unidas com cola a base de resina e moldadas a quente. Fixado a estrutura através de buchas metálicas e chapas de aço de 2,50 mm de espessura, estampadas e pintadas pelo sistema epóxi pó.</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>BLINDAGEM DO ENCOSTO: Blindagem em ambas as faces com lâmina de madeira natural de 0,7 mm, acabamento em verniz poliuretano acetinado.</p> <p>ESPUMAS E REVESTIMENTO: Assento com espuma injetada de poliuretano anti-chamas com densidade de 55 kg/m³, moldada anatomicamente com espessura de 90 mm no centro do assento. Encosto com espuma injetada de poliuretano, anti-chamas, com formato anatômico, densidade de 50 kg/m³, possuindo largura de 900 mm na parte superior e 940 mm na região lombar, altura de 540 mm e espessuras de 60 mm na parte superior, 50 mm no centro e 90 mm na região lombar. Revestimento em couro sintético na cor cinza.</p> <p>ESTRUTURA: Estrutura metálica confeccionada em aço 1010/1020, com 2,65 mm de espessura e estruturada por dobras e soldada pelo sistema MIG. Coluna longitudinal em aço tubular 1010/1020, dimensões 25 x 70mm e espessura 1,50mm, com tratamento de superfície com fosfatização de zinco e pintura à pó eletrostático, protegida com acabamento na borda frontal com</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>coluna de madeira de lei maciça, acabamento em verniz de poliuretano acetinado natural e possuindo as seguintes dimensões: altura 555mm, borda superior 185mm, inferior 65mm e espessura 28mm.</p> <p>APÓIA-BRAÇOS: Confeccionados em madeira de lei maciça de primeira qualidade, umidade máxima de 12%, fixados na estrutura com cavilhas de madeira e cola especial, dimensões 410 x 70 x 35 mm. Acabamento nos mesmos padrões utilizados nas bordas de proteção da estrutura.</p> <p>PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL: Prancheta escamoteável, possuindo dois movimentos distintos de tal forma que, quando não estiver sendo utilizada, permaneça totalmente embutida entre a estrutura e o assento. Confeccionada em MDF 18mm de espessura, acabamento das bordas em perfil de PVC e nas faces superior e inferior, com melamínico de alta pressão texturizado preto.</p> <p>SAPATAS DE APOIO AO PISO: Confeccionadas em chapas de aço 1010/1020, retangular chata, soldadas à estrutura pelo sistema MIG, os componentes</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>metálicos devem receber tratamento de superfície por fosfatização de zinco e pintura a pó eletrostática.</p> <p>DIMENSÕES: Entre-eixos: 1100 mm Altura do chão ao topo do encosto: 890 mm. Profundidade da poltrona aberta: 690 mm.</p> <p>ACESSÓRIOS: Identificação alfa-numérica para filas e corredores.</p> <p>Compatível e similar com a marca Asta Mobili.</p> <p>Garantia de 5 anos, contra defeitos de fabricação, contado a partir do recebimento definitivo.</p> <p>O produto deverá ser entregue montado, revisado e instalado.</p>						
04	<p>Mesa lateral monopé, formato redonda, MDF Freijó (tampo e base) com acabamento em verniz e pintura Uv, medindo: altura x largura x comprimento: 45cm x 30 cm x 30cm (medidas aproximadas). Peso máximo suportado 15 Kg.</p> <p>Garantia de 1 ano contra defeitos de fabricação, contado a partir do recebimento definitivo.</p> <p>O produto deverá ser entregue montado e revisado.</p>		Unidad e	05	10		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

05	<p>Poltrona decorativa tipo hera, base giratória em madeira maciça na cor castanho e metal preto reforçado, giro de 360°, medidas aproximadas: altura x largura x profundidade: 84cm x 75cm x 65cm, Tecido na cor cinza claro, material de enchimento do encosto ergonômico, espuma soft densidade da espuma do assento D-28, peso máximo suportado 120 Kg.</p> <p>Garantia de 1 ano contra defeitos de fabricação, contado a partir do recebimento definitivo.</p> <p>O produto deverá ser entregue montado e revisado.</p>		Unidade	48	96		
06	<p>Poltrona Presidente Giratória ENCOSTO</p> <p>- Encosto fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 18 mm de espessura média. Possuir curvatura anatômica no encosto de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, adaptando-se melhor à coluna vertebral.</p> <p>- Espuma expandida/laminada em poliuretano flexível microcelular, isenta de CFC, com densidade mínima de 26 Kg/m³ com 45 mm de espessura média do tipo Soft.</p>		Unidade	22	44		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

<p>- Revestimento do encosto Couro Natural na cor caramelo, fixado por grampos com acabamento zincado.</p> <p>- Contra capa do encosto em Couro Natural na cor caramelo, fixado por grampos com acabamento zincado.</p> <p>- Suporte do encosto fabricado em mola de aço SAE 1050 curvado a quente com posterior tratamento térmico, com 76,20mm largura e 6,35 mm de espessura, com bordas arredondadas.</p> <p>- A fixação da mola no encosto feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola 1/4"x 20 FPP e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira do encosto.</p> <p>- A fixação do encosto no mecanismo feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola 1/4"x 20 FPP e porcas torque sextavada com flange na bitola 1/4" 20 FPP.</p> <p>APOIO DE CABEÇA</p> <p>- Apoio de cabeça com estrutura lateral fabricada em barra redonda de aço SAE 1213 trefilado redondo com 10 mm de diâmetro e estrutura superior e</p>						
---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

<p>inferior fabricada em barra redonda de aço SAE 1020 trefilado redondo com 12 mm de diâmetro. Haste de fixação fabricada em chapa de aço NBR 6658 com 3,75 mm de espessura.</p> <ul style="list-style-type: none">- união da estrutura lateral e inferior na chapa de fixação feito por processo de solda do tipo MIG em célula robotizada formando uma estrutura única para posterior montagem.- Apoio de cabeça coberto por espuma expandida/laminada em poliuretano flexível micro celular, isenta de CFC, com densidade mínima de 31 Kg/m³ e 30 mm de espessura média.- Fixação do apoio de cabeça no encosto feito com parafusos sextavados na bitola 1/4"x 20 FPP e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira do encosto. <p>ASSENTO</p> <ul style="list-style-type: none">- Assento fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 18 mm de espessura média. Possuir curvatura anatômica no encosto de forma à permitir a						
---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

<p>acomodação das regiões dorsal e lombar, adaptando-se melhor à coluna vertebral.</p> <ul style="list-style-type: none">- Espuma expandida/laminada em poliuretano flexível micro celular, isenta de CFC, com densidade mínima de 26 Kg/m³ com 20 mm de espessura média do tipo Soft.- Revestimento do assento em Couro Natural na cor caramelo, fixado por grampos com acabamento zincado.- Calço de apoio do braço injetado em poliamida 6.6 com reforço de 30% de fibra de vidro fixado na madeira por parafusos.- Possuir plataforma de regulagem de profundidade do assento com corpo injetado em poliamida 6.6 reforçada com 30% de fibra de vidro e chapa de regulagem fabricada aço NBR 6658 com 4,75 mm de espessura com 6 estágios de regulagem totalizando 50 mm de curso. O acionamento é feito por gatilho injetado em Poliamida 6.0 integrado à plataforma de regulagem do assento.- A fixação da plataforma de regulagem de profundidade no						
--	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

<p>assento feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola 1/4"x 20 FPP e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira.</p> <p>- A fixação do mecanismo na plataforma de regulagem de profundidade feita com parafusos sextavados Grau 8.8 na bitola M8 em furos roscados M8 na chapa de regulagem de profundidade.</p> <p>BRAÇO</p> <p>- Apoia braços 4D, em poliuretano injetado soft touch, regulagem de altura, giro horizontal, deslocamento lateral e deslocamento frontal.</p> <p>-Estrutura em poliamida injetada com reforço de fibra de vidro e alumínio injetado, possuir 6 posições de regulagem de altura e 60 mm de curso.</p> <p>- fixação dos braços no assento feita com 3 parafusos Philips, na bitola 1/4"x 20 FPP e porcas sextavada na bitola 1/4"x 20 FPP inseridas sob pressão nos calços de apoio.</p> <p>MECANISMO</p> <p>- Mecanismo do tipo relax Sincron com 18° de curso divididos em 3</p>						
--	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

<p>estágios de regulagem de inclinação do assento e encosto e travamento em qualquer um dos estágios, dotado de sistema anti-impacto que libera o encosto somente com aplicação de leve pressão das costas do usuário evitando impactos indesejados, ou relax livre com livre flutuação.</p> <ul style="list-style-type: none">- Possuir ajuste de tensão da mola por manípulo frontal.- Possuir alavanca de comando independente para a regulagem de inclinação do encosto e para a regulagem da altura do assento.- Possuir sistema de encaixe da coluna através de cone Morse. <p>COLUNA</p> <ul style="list-style-type: none">- Coluna central desmontável fixada por encaixe cônico fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020 redondo com 50,80 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede, rolamento/mancal axial de giro, arruela de aço temperado de alta resistência, bucha mancal de giro injetada em Poliacetal e recalibrada na montagem, sistema de regulagem da altura da cadeira com mola a gás DIN EN 16955 com 115						
--	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>mm de curso nominal, com tolerância de 5 mm para mais ou para menos, quando medida montada, devido à compressão dos componentes.</p> <ul style="list-style-type: none">- Possuir sistema de montagem na base e no mecanismo por encaixe cone Morse. <p>BASE</p> <ul style="list-style-type: none">- Base giratória desmontável com aranha de 5 hastes em alumínio injetado polido, apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento com 65 mm de diâmetro em nylon, esfera metálica inserida na estrutura, que facilita o giro, banda de rolagem em nylon para uso em carpetes, tapetes e similares ou banda de rolagem em poliuretano para uso em piso duro, amadeirados e com revestimentos vinílicos.- Montagem do rodízio na base feito através de pino fabricado em aço SAE 1010/1020 com diâmetro de 11 mm com anel elástico em aço que possibilita a montagem direta sem utilização de buchas de adaptação.- Possuir sistema de montagem da coluna na base por encaixe cone Morse.						
--	---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>ACABAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none">- componentes metálicos pintados devem possuir tratamento de superfície através de banho nanocerâmico bimetálico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta.- tinta utilizada para a pintura em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para linha, com camada média de 60 microns de espessura.- As peças deverão ser curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C. <p>DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA:</p> <p>Altura Total da Cadeira: 1230 - 1345 mm; Profundidade Total da</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>Cadeira: 735 - 960 mm; Largura Total da Cadeira: 700 - 810 mm; Extensão Vertical do Encosto: 750 mm; Largura do Encosto: 520 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 490 mm; Largura do Assento: 520 mm; Altura do Assento: 485 - 600 mm</p> <p>O produto deverá obedecer às normas técnicas de fabricação: ABNT, NBR, ISO 9001;</p> <p>Produto deverá ser compatível e similar com a marca Cavaletti.</p> <p>Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação, contado a partir do recebimento definitivo.</p> <p>O produto deverá ser entregue montado e revisado.</p>						
07	<p>Poltrona Diretor Giratória ENCOSTO</p> <p>- Encosto fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 18 mm de espessura média. Possuir curvatura anatômica no encosto de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, adaptando-se melhor à coluna vertebral.</p> <p>- Espuma expandida/laminada em poliuretano flexível microcelular, isenta de</p>		Unidade	30	60		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

<p>CFC, com densidade mínima de 26 Kg/m³ com 15 mm de espessura média do tipo Soft.</p> <ul style="list-style-type: none">- Revestimento do encosto em Couro Natural na cor caramelo, fixado por grampos com acabamento zincado.- Contra capa do encosto em Couro Natural na cor caramelo, fixado por grampos com acabamento zincado.- Suporte do encosto fabricado em mola de aço SAE 1050 curvado a quente com posterior tratamento térmico, com 76,20mm largura e 6,35 mm de espessura, com bordas arredondadas.- A fixação da mola no encosto feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola 1/4"x 20 FPP e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira do encosto.- A fixação do encosto no mecanismo feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola 1/4"x 20 FPP e porcas torque sextavada com flange na bitola 1/4" 20 FPP. <p>ASSENTO</p> <ul style="list-style-type: none">- Assento fabricado em compensado						
---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

<p>multilaminado resinado, moldado</p> <p>anatômica a quente com 18 mm de espessura média. Possuir curvatura anatômica no encosto de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, adaptando-se melhor à coluna vertebral.</p> <ul style="list-style-type: none">- Espuma expandida/laminada em poliuretano flexível microcelular, isenta de CFC, com densidade mínima de 31 Kg/m³ com 40 mm de espessura média.- Revestimento do assento em Couro Natural na cor caramelo, fixado por grampos com acabamento zincado.- Calço de apoio do braço injetado em poliamida 6.6 com reforço de 30% de fibra de vidro fixado na madeira por parafusos.- Possuir plataforma de regulação de profundidade do assento com corpo injetado em poliamida 6.6 reforçada com 30% de fibra de vidro e chapa de regulação fabricada aço NBR 6658 com 4,75 mm de espessura com 6 estágios de regulação totalizando 50 mm de curso. O acionamento feito por gatilho injetado em Poliamida 6.0						
---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

<p>integrado à plataforma de regulagem do assento.</p> <p>- A fixação da plataforma de regulagem de profundidade no assento feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola 1/4"x 20 FPP e porcas de garra encravadas e rebitas na madeira.</p> <p>- A fixação do mecanismo na plataforma de regulagem de profundidade é feita com parafusos sextavados Grau 8.8 na bitola M8 em furos roscados M8 na chapa de regulagem de profundidade.</p> <p>BRAÇO</p> <p>- Apoia braços 4D, em poliuretano injetado soft touch, regulagem de altura, giro horizontal, deslocamento lateral e deslocamento frontal. Estrutura em poliamida injetada com reforço de fibra de vidro e alumínio injetado, possuir 6 posições de regulagem de altura e 60 mm de curso.</p> <p>- A fixação dos braços no assento é feita com 3 parafusos Philips, na bitola 1/4"x 20 FPP e porcas sextavada na</p>						
---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

<p>bitola 1/4"x 20 FPP inseridas sob pressão nos calços de apoio.</p> <p>MECANISMO</p> <ul style="list-style-type: none">- Mecanismo do tipo relax Sincron com 18° de curso divididos em 3 estágios de regulagem de inclinação do assento e encosto e travamento em qualquer um dos estágios, dotado de sistema anti-impacto que libera o encosto somente com aplicação de leve pressão das costas do usuário evitando impactos indesejados, ou relax livre com livre flutuação.- Possuir ajuste de tensão da mola por manípulo frontal.- Possuir alavanca de comando independente para a regulagem de inclinação do encosto e para a regulagem da altura do assento.- Possuir sistema de encaixe da coluna através de cone Morse. <p>COLUNA</p> <ul style="list-style-type: none">- Coluna central desmontável fixada por encaixe cônico fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020 redondo com 50,80 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede, rolamento/mancal axial de giro, arruela de aço temperado de alta						
---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

<p>resistência, bucha mancal de giro injetada em Poliacetal e recalibrada na montagem, sistema de regulagem da altura da cadeira com mola a gás DIN EN 16955 com 115 mm de curso nominal, com tolerância de 5 mm para mais ou para menos, quando medida montada, devido à compressão dos componentes.</p> <p>- Possuir sistema de montagem na base e no mecanismo por encaixe cone Morse.</p> <p>BASE</p> <p>- Base giratória desmontável com aranha de 5 hastes em alumínio injetado polido, apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento com 65 mm de diâmetro em nylon, esfera metálica inserida na estrutura, que facilita o giro, banda de rolagem em nylon para uso em carpetes, tapetes e similares ou banda de rolagem em poliuretano para uso em piso duro, amadeirados e com revestimentos vinílicos.</p> <p>- Montagem do rodízio na base feito através de pino fabricado em aço SAE 1010/1020 com diâmetro de 11 mm com anel elástico em aço que possibilita a</p>						
---	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

<p>montagem direta sem utilização de buchas de adaptação.</p> <p>- Possuir sistema de montagem da coluna na base por encaixe cone Morse.</p> <p>ACABAMENTO</p> <p>- componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nanocerâmico bimetálico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta.</p> <p>- Tinta utilizada para a pintura em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para linha, com camada média de 60 microns de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C.</p>						
--	--	--	--	--	--	--



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA:</p> <p>Altura Total da Cadeira: 1035 - 1150 mm; Profundidade Total da Cadeira: 740 - 925 mm; Largura Total da Cadeira: 700 - 810 mm; Extensão Vertical do Encosto: 555 mm; Largura do Encosto: 520 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 490 mm; Largura do Assento: 520 mm; Altura do Assento: 485 - 600 mm</p> <p>O produto deverá obedecer às normas técnicas de fabricação: ABNT, NBR, ISO 9001;</p> <p>Produto deverá ser compatível e similar com a marca Cavaletti.</p> <p>Garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação, contado a partir do recebimento definitivo.</p> <p>O produto deverá ser entregue montado e revisado.</p>						
08	<p>Cadeira Executiva com braços giratória com braços reguláveis, assento estofado com espuma injetada revestida em tecido e nylon na cor preto.</p> <p>ENCOSTO</p> <p>Encosto com estrutura de nylon preto, apoio lombar – sistema de apoio lombar auto ajustável da contrapressão em</p>		Unidad e	150	300		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	<p>função do ângulo de inclinação do encosto.</p> <p>BRAÇOS</p> <p>Braços multifuncionais 4D, com sistema de giro de abertura orbital e com regulagem de altura. Apoio superior em termoplástico de poliuretano, toque macio, com ajustes de profundidade e de angulação</p> <p>ASSENTO</p> <p>Assento com mecanismo sincron dupla posição do encosto, com ajuste da tensão e possibilidade de travamento em cinco posições, com sistema anto-choque ao ser desbloqueado, ajuste de inclinação.</p> <p>Compatível e similar com a marca Asta mobili.</p> <p>Garantia de 5 anos, contra defeitos de fabricação, contado a partir do recebimento definitivo.</p> <p>O produto deverá ser entregue montado e revisado.</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--

VASOS PARA PLANTAS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT. CONSUMO (A)	QUANT. REGISTRO (B)	V. UNIT. (C)	V. TOTAL (D) = (B) X (C)
09	Vaso Vietnamita, cerâmica modelo Xangai verde, diâmetro 50cm, altura 46cm.		Unidade	05	10		
10	Vaso Vietnamita, cerâmica modelo Bacia Nepal Musgo, diâmetro 28cm, altura 23cm.		Unidade	05	10		
11	Vaso Vietnamita,		Unidade	08	16		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	cerâmica modelo Monte Carlo Musgo, diâmetro 53cm, altura 64cm.		e				
12	Vaso Vietnamita, cerâmica modelo Nassau Moss Green, diâmetro 50cm, altura 76cm.		Unidade	05	10		
13	Vaso Vietnamita, cerâmica modelo Argélia Atlantis, diâmetro 65cm, altura 65cm.		Unidade	08	16		
14	Vaso Vietnamita, cerâmica modelo Argélia Atlantis, diâmetro 50cm, altura 50cm.		Unidade	08	16		
15	Vaso redondo para plantas de médio a grande porte, fabricado em polietileno forte e resistente. Dimensões: altura 75cm; largura 40cm; base: 26cm Capacidade: 70l. Cor: a escolher		Unidade	20	40		
16	Vaso quadrado para plantas de médio a grande porte, fabricado em polietileno forte e resistente. Dimensões: altura 75cm; largura 40cm; base: 26cm Capacidade: 70l. Cor: a escolher		Unidade	20	40		
17	Vaso redondo para plantas de médio a grande porte, fabricado em polietileno forte e resistente. Dimensões: altura 90cm; largura 40cm; base: 26cm Capacidade: 130l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
18	Vaso quadrado para plantas de médio a grande porte, fabricado		Unidade	20	40		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	em polietileno forte e resistente. Dimensões: altura 90cm; largura 40cm; base: 26cm Capacidade: 130l Cor: a escolher						
19	Vaso quadrado para plantas de grande porte, fabricado em polietileno forte e resistente, Dimensões: altura 90cm; largura 90cm; base: 60cm Capacidade: 500l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
20	Vaso redondo para plantas de grande porte, fabricado em polietileno forte e resistente, Dimensões: altura 90cm; largura 90cm; base: 60cm Capacidade: 500l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
21	Jardineira para plantas, flores, fabricado em polietileno forte e resistente Dimensões: altura 25cm; largura 25cm; comprimento 60cm Capacidade: 30l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
22	Vaso redondo para plantas de médio porte, fabricado em polietileno forte e resistente, Dimensões: altura 60cm; largura 38cm; base: 22cm Capacidade: 50l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
23	Vaso quadrado para plantas de médio porte, fabricado em polietileno forte e resistente, Dimensões: altura 60cm; largura 38cm;		Unidade	20	40		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	base: 22cm Capacidade: 50l Cor: a escolher						
24	Vaso redondo para plantas de pequeno porte, fabricado em polietileno forte e resistente, Dimensões: altura 15cm; largura 20cm; base 17cm Capacidade 3l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
25	Vaso quadrado para plantas de pequeno porte, fabricado em polietileno forte e resistente, Dimensões: altura 15cm; largura 20cm; base 17cm Capacidade 3l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
26	Vaso Cachepot redondo para plantas de pequeno porte, fabricado em polietileno forte e resistente. Dimensões: altura 12cm; largura 17cm; base 7,5cm Capacidade 0,85l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
27	Vaso Cachepot quadrado para plantas de pequeno porte, fabricado em polietileno forte e resistente. Dimensões: altura 12cm; largura 17cm; base 7,5cm Capacidade 0,85l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
28	Vaso de parede Meia Lua fabricado em polietileno forte e resistente. Dimensões: altura 20cm; largura 20cm; comprimento 38cm Capacidade 5,5l		Unidade	20	40		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	Cor: a escolher						
29	Vaso de parede Meia Lua fabricado em polietileno forte e resistente. Dimensões: altura 40cm; largura 20cm; comprimento 40cm Capacidade 7l Cor: a escolher		Unidade	20	40		
VALOR TOTAL PARA CONSUMO							
VALOR TOTAL PARA REGISTRO							



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N./2026
PREGÃO ELETRONICO SRP N 009/2025
PROCESSO N. 719/2025

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob n. 04.039.657/0001-13, sediada nesta cidade, na Rua Arlindo Porto Leal, 241, Centro, neste Ato representada, nos termos do artigo 12, Inciso II, letra “f” do Regimento Interno - Resolução n. 86, de 1990, por sua **MESA DIRETORA**, composta pelo **Deputado**, **Presidente**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n., expedida pela SSP/AM, inscrito no CPF/MF sob o n.; **Deputado**, **Primeiro Secretário**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n., expedida pela SSP/AC, inscrito no CPF/MF sob o n.; e **Deputada**, **Segundo Secretário**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG n., expedida pela SSP/AC, inscrita no CPF/MF sob o n., residentes e domiciliados nesta cidade, doravante denominada de **CONTRATANTE** e por outro lado a Empresa, inscrita no CNPJ/MF/MF sob o n., Inscrição Estadual n....., estabelecida no(a), em Rio Branco - Estado do Acre, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr(a)., brasileiro(a),, portador(a) da Cédula de Identidade RG n., expedida pela SSP/AC, inscrito(a) no CPF/MF sob o n., residente e domiciliado(a) no, n., Bairro....., celebram o presente Contrato, com o amparo da Lei 14.133/2021, Decreto Federal n. 11.462/2023, Decreto Estadual nº 11.363/2023, Decreto Estadual n. 5.965/2010, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato a Contratação de empresa para aquisição de mobiliários e vasos para plantas ornamentais, para atender as demandas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, conforme as especificações e condições constantes neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.1.1. O Edital da Licitação;

2.1.2. A Proposta do contratado;

2.1.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - O VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor deste contrato é de R\$ (valor por extenso).

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA

4.1. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Ordem de Entrega, a ser emitida pela Subsecretaria de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

Patrimônio, Material e Serviços, podendo a referida ordem ser encaminhada, inclusive, por meio eletrônico.

4.2. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por igual período, excepcionalmente, mediante solicitação formal e devidamente justificada da contratada, apresentada antes do término do prazo originalmente estabelecido, desde que o motivo decorra de fato superveniente, alheio à sua vontade, e que não haja prejuízo ao interesse público.

4.3. A prorrogação dependerá de análise e autorização expressa da Administração, com fundamento nos arts. 107 e 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e interesse público.

4.4. A concessão de prorrogação não implicará alteração das demais cláusulas e condições contratuais, nem afastará a aplicação de penalidades, caso reste caracterizada a responsabilidade da contratada pelo atraso, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. Na Coordenadoria de Patrimônio e Material da Assembleia Legislativa, localizada na Rua Arlindo Porto Leal, 241, CEP 69.900-040 – Centro, em Rio Branco – Acre.

5.2. Os itens 01, 02 e 03 deverão ser montados, revisados e instalados na Sede da Assembleia Legislativa, no auditório e plenário, sem custos adicionais a contratante.

5.3. Para os itens 04, 05, 06 e 07 deverão ser entregues montados e revisados.

5.4. Os critérios de layout e distribuição serão especificados com base na:

a) Ergonomia e conforto: Disposição das poltronas deve garantir conforto aos usuários, respeitando espaçamento mínimo entre fileiras (mínimo de 90 cm) e entre assentos (mínimo de 55 cm);

b) Visibilidade: Instalação deve assegurar que todos os assentos tenham visibilidade adequada do palco, tribuna ou painel eletrônico, considerando inclinação de piso e altura de encostos;

c) Circulação e rotas de fuga: Deve ser garantida circulação livre e segura, respeitando as normas do Corpo de Bombeiros e ABNT NBR 9077 sobre saídas de emergência;

d) Setorização: Definição de áreas específicas para convidados, autoridades, servidores, imprensa e público geral, conforme uso de cada espaço;

e) Critérios Técnicos e Construtivos: As poltronas devem ser fixadas ao piso com buchas e parafusos adequados, em conformidade com a estrutura do contrapiso.

f) Nível e alinhamento: Instalação deve garantir nivelamento perfeito das fileiras e alinhamento horizontal e vertical das poltronas;

g) Integração com piso e ambiente: A instalação deve respeitar as características do piso existente com uso de materiais de fixação compatíveis;

h) Espaços reservados: Deve haver poltronas removíveis ou áreas livres reservadas para cadeirantes, conforme ABNT NBR 9050 - Acessibilidade;

i) Assentos preferenciais: Poltronas de fácil acesso devem ser reservadas a pessoas com mobilidade reduzida e idosos;

j) Percurso acessível: A instalação deve respeitar percursos livres de barreiras para acesso às poltronas por pessoas com deficiência.

5.5. Para os itens referente aos vasos de plantas ornamentais, deverão ser entregues devidamente embalados para garantir a integridade física dos recipientes e a



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

preservação durante o transporte e manuseio. A embalagem deve proteger contra impactos, tombamentos, abrasões e intempéries.

5.6. A contratada será responsável pela remoção e destinação adequada de todas as embalagens utilizadas na entrega dos vasos, não sendo permitido o descarte nas dependências da Assembleia Legislativa.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Os produtos deverão ser entregues obrigatoriamente conforme especificações deste termo, em cumprimento a qualidade mínima exigida no edital, ou superior, com custos exclusivos pela contratada, acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente e dos documentos de regularidade fiscal estabelecidos no Edital.

6.2. A empresa deverá obrigatoriamente entregar a totalidade do produto requisitado, conforme a ordem de entrega, não sendo permitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis;

6.3. Os produtos deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas.

6.4. Os produtos serão recebidos nas seguintes condições:

f) Provisoriamente, a fim de verificar o atendimento às especificações e quantidades. Caso as especificações ou quantidades não estejam com as exigências mencionadas neste termo de referência, a contratada deverá substituir ou complementar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

g) Definitivamente, no prazo de 05 (cinco) úteis, após vistoria que comprove a adequação das especificações e quantidades aos termos do Edital.

6.5. Será de responsabilidade da Contratada, arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto deste Termo, incluindo o pagamento de impostos, taxas, emolumentos, e quaisquer outros tributos e/ou despesas existentes.

6.6. Os atrasos na entrega e outros descumprimentos de prazos poderão ser considerados inexecução contratual, podendo acarretar na aplicação das sanções previstas neste Termo, no Edital e seus anexos, sem prejuízo das cominações legais previstas.

6.7. No caso de ser considerada insatisfatória as condições do produto recebido provisoriamente, ou ainda com vícios e defeitos, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser recolhido e substituído, as suas expensas, no prazo de até 02 (dois) dias.

6.8. O fornecedor terá prazo de substituição do produto, a partir da comunicação oficial feita pela Contratante.

6.9. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a Contratada à aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório.

6.10. O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético para a perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DA GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA DOS PRODUTOS

7.1. A empresa deverá ofertar a garantia para os itens 01, 02, 03, 05, 06 e 07 não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

7.2. Para os itens 04 e 05 a garantia não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo.

7.3. A garantia deverá cobrir defeitos de fabricação englobando vícios ocultos e falhas funcionais de peças, revestimentos e serviços.

7.4. Os serviços de garantia e assistência técnica deverão ser na modalidade on-site, ou seja, prestados na unidade administrativa onde estiver o bem, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

7.5. Durante a vigência da garantia poderão ser abertos chamados sem limite de quantidade.

7.6. Os chamados técnicos deverão ser atendidos no prazo máximo de 1 (um) dia útil após a abertura.

7.7. Todos os reparos e substituições de peças necessárias deverão ser realizados no próprio local de instalação do equipamento (on-site).

7.8. Em casos onde o defeito do equipamento não puder ser corrigido no local de instalação não haverá custo adicional para o CONTRATANTE com transporte e demais serviços, ainda que se faça necessária a substituição do equipamento.

7.9. Após detectado, o problema do equipamento defeituoso deverá ser sanado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a abertura do chamado técnico.

7.10. Durante o período de garantia e na execução dos serviços, somente poderão ser utilizadas peças e componentes novos e originais do fabricante.

7.11. A garantia deve incluir, no mínimo:

a) Substituição de peças com defeito (rodízios, pistões, tampos, fechaduras, corrediças, etc.);

b) Reparos em estruturas metálicas ou de madeira;

c) Correção de instabilidades, empenamentos, descascamentos e falhas no acabamento;

d) Ajustes funcionais (altura, regulagem, travamento, etc.);

e) Mão de obra e deslocamento técnico.

7.12. Sempre que realizado o Suporte de garantia técnica, deverão ser apresentados relatórios com informações sobre os serviços executados, sobre anormalidades e falhas eventualmente observadas no equipamento;

7.13. Se a contratada, eventualmente, já estiver em atraso na execução da entrega, conforme subitem 13.1 do TR, será computado para fins de apuração de eventual aplicação de multa moratória, a partir do vencimento dos referidos prazos estipulados.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da contratação almejada serão suportadas pelo Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Acre:

Programa de Trabalho – 101.001.01031229022430000

Elemento de Despesa – 44.90.52.00.00

Fonte de Recursos – 15000100 - RP

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento definitivo, através da

146



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, a qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

9.2. O pagamento referente ao fornecimento do objeto será realizado conforme a demanda de ordens de entrega emitida pelo setor responsável;

9.3. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, por Ordem Bancária, no observando o disposto no Capítulo X da Lei 14.133/2021, mediante a comprovação das manutenções das mesmas condições iniciais de habilitação, cumpridos os seguintes requisitos:

9.4. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

9.5. A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido no contrato ou com qualquer circunstância que desaconselha o pagamento será devolvida à CONTRATADA com a interrupção do prazo previsto para pagamento, sendo a nova contagem do prazo iniciada a partir da respectiva regularização.

9.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP,$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i/365I = 0,06/365I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

9.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Rua Arlindo Porto Leal n. 241, Centro, CEP n. 69.909-040, Rio Branco - AC, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

9.8. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

9.9. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

9.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9.17. De conformidade com o Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que normatizou o SIAFIC, estabelecendo que todos os Poderes devem utilizar o Sistema Único de Execução Orçamentaria, Administração Financeira e Controle, o licitante/contratado. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ/AC, que poderá ser feito por meio do endereço eletrônico: <http://sefaz.acre.gov.br>.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE ASSINATURA E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

10.1. Após a homologação, o adjudicatário será convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação.

10.2. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão seu prazo de vigência regido pelo disposto nos arts. 105 e 106 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme definido no edital, no aviso de contratação direta ou na própria ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Efetuar a entrega dos bens, de acordo com as especificações do edital, dentro do prazo estipulado neste Termo;

11.2. Providenciar a substituição dos bens que apresentarem defeito estando em garantia, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação vigente;

11.3. Efetuar a substituição de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;

11.4. Não transferir a outro, as responsabilidades assumidas, sem prévia anuência da CONTRATANTE;

11.5. A empresa contratada ficará obrigada a trocar no prazo de 5 (cinco) dias corridos, o bem que vier a ser recusado, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE;

11.6. Ressalvadas as hipóteses do caso fortuito ou força maior, a CONTRATADA responderá pela cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos diretamente pela CONTRATANTE ou causados a terceiros, por ato ou fato, comissivo ou omissivo, da CONTRATADA ou de seus prepostos;

11.7. Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos na cláusula anterior, a CONTRATANTE poderá abatê-los das faturas relativas aos serviços prestados pela CONTRATADA, ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis;

11.8. Fornecer os produtos de acordo com as Especificações Técnicas, nas condições estipuladas conforme a ordem de entrega e nota de empenho;

11.9. Entregar os produtos no prazo estipulado, no local designado neste Termo, acompanhado da respectiva Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica a Ordem de entrega, endereço fabricante fornecedor com o telefone do serviço de atendimento ao consumidor;

11.10. Substituir, as suas expensas, no prazo de 3 (três) dias úteis, improrrogáveis, após notificação formal, os bens entregues que estejam em desacordo com as Especificações Técnicas e seus Anexos com respectiva proposta, ou não aprovados pela CONTRATANTE, em parecer devidamente fundamentado, ou ainda que apresentem defeito de fabricação;

11.11. No valor global da proposta apresentada deverão estar incluídos todos os IMPOSTOS, FRETES, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS, pertinentes a entrega dos materiais. Caso haja necessidade de troca do(s) produto(s), as despesas também ficam a cargo do fornecedor;

11.12. O Contratado garante que todos os bens são novos, nunca utilizados, de modelos mais recentes ou atuais, e que incorporam todas as recentes melhorias em projetos e materiais, salvo disposição em contrário no Contrato;

11.13. O Contratado garante ainda que as mercadorias sejam isentas de defeitos decorrentes de qualquer ato ou omissão ou decorrente de projeto, materiais ou mão-de-



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

obra, que possam surgir sobre o uso normal dos bens fornecidos, nas condições existentes no país de destino final;

11.14. O Contratante notificará prontamente ao Contratado, por escrito, quaisquer reclamações surgidas no período de garantia;

11.15. Ao receber tal notificação, o Contratado deverá substituir com presteza, no todo ou em parte, os Bens defeituosos, sem ônus para o Contratante. Correrão por conta do Contratado as despesas de transporte dos Bens, consertados ou substituídos, quando for o caso, no período estipulado pela Contratante;

11.16. No caso em que o Contratado, tendo sido notificado, deixar de reparar os defeitos dentro de um período de dias determinados pela Contratante, contados da notificação, o Contratante poderá tomar as providências que julgar necessárias para reparar os Bens, sob risco e despesas exclusivos do Contratado, sem prejuízo de outros direitos do Contratante, nos termos do Contrato;

11.17. Entregar os produtos de acordo com as recomendações dos fabricantes e em obediência às normas técnicas e regulamentares expedidas pelos órgãos competentes, bem como às normas da ABNT atinentes ao assunto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A Contratante deverá, a seu critério, e através de funcionário previamente designado, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do fornecimento do objeto contratado e do comportamento do pessoal da Contratada, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados, gestor e cogestores do contrato;

12.2. Emitir Ordem de Entrega dos produtos/serviços, quando necessário;

12.3. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

12.4. Acompanhar a entrega dos produtos e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;

12.5. Fornece as instruções necessárias ao modo de instalação, entrega dos produtos;

12.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

12.7. Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da contratada;

12.8. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.9. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

12.10. Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1. Não será exigida a prestação de garantia na contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual n. 11.363/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GESTOR DO CONTRATO

16.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Decreto Estadual n. 11.363./2023:

I - Solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário;

II - Emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual;

III - Indicar os fiscais de contrato e seus substitutos;

IV - Dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização;

V - Quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;

VI - Acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato;

VII - Analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

- VIII - Observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração Pública e planejamento orçamentário-financeiro;
- IX - Decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública;
- X - Quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;
- XI - Analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;
- XII - Tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;
- XIII - Exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência;
- XIV - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;
- XV - Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato;
- XVI - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- XVII - Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública;
- XVIII - Receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FISCAL DO CONTRATO

17.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Decreto Estadual n. 11.363./2023:

- I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências, esclarecendo prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II - Juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- III - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- IV - Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- V - Informar ao gestor de contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- VI - Comunicar imediatamente ao gestor de contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;
- VII - Adotar as medidas preventivas de controle do contrato, inclusive se manifestar a respeito da suspensão da entrega de bens, realização de serviços ou execução de obras;
- VIII - Realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- IX - Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
- X - Determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- XI - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- XII - Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- XIII - Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- XIV - Emitir manifestação técnica nos pedidos de alterações contratuais;
- XV - Verificar a correta aplicação dos materiais;
- XVI - Requerer das contratadas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- XVII - Realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- XVIII - Propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei 14.133/2021.

18.2. A Contratada é obrigada, a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125, caput, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

19.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

- I** - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II** - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III** - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV** - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V** - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI** - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

19.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I** - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;
- II** - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III** - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV** - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V** - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

19.3. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 19.2 deste Instrumento observarão as seguintes disposições:

- I** - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- II** - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

19.4. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

19.5. A extinção do contrato poderá ser:

- I** - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II** - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

19.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

19.7. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

19.8. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

19.9. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do item acima ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

19.10. Na hipótese do inciso II do item 29.8, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da Mesa Diretora da ALEAC.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV) Multa:

a) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

20.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

20.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

20.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021)

20.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

20.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

20.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

20.12. Caso haja sanções administrativas específicas relativas ao objeto pretendido, o setor demandante deverá descrevê-las nos itens abaixo, em observância ao art. 94, inciso XXVI, do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

21.1. A execução do Contrato, bem como os casos omissos serão regulados pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e das disposições do Direito Privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

21.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, e em cumprimento da Resolução TCE/AC n. 129/2024 – LICON, contados da data de sua assinatura.

- 20 (vinte) dias úteis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. O Foro para solucionar os litígios decorrentes do presente Contrato é o da Comarca de Rio Branco - Estado do Acre, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22.2. E por estarem de acordo com as disposições contidas no presente contrato, assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, representando a Assembleia Legislativa, os Membros da Mesa Diretora, e o fornecedor registrado, seu Representante Legal.

Rio Branco, ____ de _____ de 2026.

PELA CONTRANTE:

Deputado

Presidente

Deputado

Deputado



Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 Centro - CEP
69909-040 - fone (68) 3213 4000
e-mail: cplaleac@hotmail.com



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

1º Secretário

2º Secretário

Pelo Fornecedor:

.....
CNPJ/MF/MF nº.

Testemunhas:

1.
RG n
CPF/MF n.....

2.
RG n
CPF/MF n.....



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º 009/2025.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____
CNPJ/MF: _____
ENDEREÇO: _____
EMAIL: _____
TELEFONE: _____

CONFORME PLANILHA ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Assinatura do representante legal da empresa

OBSERVAÇÃO:

1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET – CATMAT e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de mínimo 90 (noventa) dias a contar da data da licitação.
4. Prazo de execução, conforme especificações do Anexo I.
5. Declaração que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
6. Declaração que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Rio Branco - AC, ... de ... de 2026.

(assinatura)(carimbo)
(nome do responsável)(cargo)



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO V
MODELO DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

REF.: PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º/2025.

(Nome da empresa)_____, CNPJ/MF nº _____, sediada(endereço completo)_____, neste ato representada por (Identificação completa do representante do licitante), devidamente constituído, doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

I. A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

II. A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

III. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

IV. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

V. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

VI. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Rio Branco - AC, ... de ... de 2026.

OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado do licitante.
(CARIMBO/CNPJ/MF E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO

Declaro para os devido fins, que a empresa _____, inscrita sob CNPJ/MF nº _____, por meio do seu representante legal o Sr(a).: _____, CPF nº _____, RG nº _____ SSP/____, para os fins de cumprimento ao disposto no item 4 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO, que em seu quadro de funcionários não há empregados e/ ou sócios que se enquadram nas vedações previstas nas referidas condições para participação.

Rio Branco – Ac, ____ de _____ de 2026.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF:



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE

ANEXO VII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS
NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO.**

A Empresa (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº (informar), com sede à (endereço) declara, perante a Comissão Permanente de Contratação, que:

1. Disporá até o ato da assinatura do contrato de toda a estrutura e recursos necessários para execução do objeto especificado no certame licitatório – Pregão Eletrônico SRP N. 009/2025 – CPC em especial os seguintes:

Dos equipamentos necessários para execução do objeto; e

Mão de obra qualificada.

2. Dessa forma, encontra-se apta à perfeita execução das atividades especificadas contratualmente.

Rio Branco, ... de ... de 2026.

(assinatura)(carimbo)

(nome do responsável)(cargo)